

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024

NÚMERO 22.368 • 34 PÁGINAS • R\$ 4,00

**FGTS**

**Correção deverá ser feita, no mínimo, pela inflação oficial, diz STF**

PÁGINA 7

**Direito & Justiça**

**STF avança na proteção à mulher**

Ministros do Supremo decidem que é inconstitucional questionar a vida sexual ou os hábitos de uma vítima na apuração e no julgamento de crimes de violência.

**Entrevista**



Namoro, união estável e casamento na visão de Regina Tavares da Silva.

**Artigo**



Governador do DF e advogado, Ibaneis Rocha analisa os 30 anos do Estatuto da Advocacia.

**Entrevista**



Projeto que aumenta pena para o aborto é criticado pela advogada Mayra Cardozo

**Confronto no coração de Buenos Aires**

Polícia de choque e manifestantes entraram em conflito diante do Congresso, enquanto Senado debatia lei que amplia os poderes do presidente Javier Milei.

PÁGINA 9

**Arroz sob investigação**

PF e CGU apuram ilicitudes na compra internacional do grão pela Conab. Leilão derrubou secretário de ministério.

PÁGINA 3

**Nem Endrick salva**

Brasil empata com EUA no último teste antes da Copa América. Talismã entra na etapa final, mas não consegue impedir o tropeço em Orlando.

PÁGINA 19

**Pessoas em situação de rua**

# Projeto pioneiro prevê capacitação e emprego

O Governo do Distrito Federal implementa, a partir de hoje, o Plano Distrital para Pessoas em Situação de Rua, antecipando medidas que devem ser aplicadas em todo o país. Em entrevista ao *CB.Poder*, o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, avalia que governos anteriores falharam ao tentar remover essa população dos locais públicos. “O foco do nosso plano é justamente o contrário: é o acolhimento dessas pessoas e dar condições para que saiam da situação em que se encontram. A grande maioria dessas pessoas não está na rua por vontade própria, mas por falta de oportunidade”, adiantou Rocha. Uma das principais novidades do novo plano é a oferta de cursos profissionalizantes, com bolsas, para qualificá-los a empregos em diversas atividades no DF.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



PÁGINA 13

Wanderlei Pozzembom/CB/D.A Press



**O forró é rei!**

Quadrilhas juninas fazem os preparativos finais para as disputas das ligas do DF. Ontem, os grupos de dança e música fizeram uma prévia do show que prometem nas quadras, animando o Arraiá da Redação do *Correio*. PÁGINA 17

Darcianne Diogo/CB/D.A Press



**Dono de loja de armas ainda calcula prejuízos**

O *Correio* entrou na sala da Delta Guns, em Ceilândia, invadida por criminosos que furtaram mais de 100 espingardas de grosso calibre e pistolas. O proprietário, Tiago Nunes, garante que vai seguir com o negócio. PÁGINA 15

**Drogas**

**Criminalização aprovada na CCJ**

PEC que torna crime a posse de substância ilícita passou com folga. Agora, será analisada por um colegiado e vai ao plenário da Câmara para votação final.

PÁGINA 4

**Aborto**

**Câmara define urgência para PL**

Projeto que equipara aborto após 22 semanas de gestação ao homicídio está próximo da votação. A proposta aumenta a até 20 anos de prisão a pena para mulher que realizar o procedimento.

PÁGINA 6

**Cresce a pressão sobre Juscelino**

O ministro das Comunicações foi indiciado pela PF por suspeita de desvios de recursos da Codevasf, com uso de emendas parlamentares. Juscelino Filho negou as acusações. Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA) disse que Lula não decidiu se o aliado segue no cargo. “Na verdade, quem teria que tomar uma decisão é o partido dele (União Brasil)”, avaliou.

PÁGINA 2. NAS ENTRELINHAS, 4

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Sustentabilidade** — No *CB.Poder*, o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann afirmou que “a mineração é sustentável” e que a atividade está “firmemente” voltada ao respeito à natureza. PÁGINA 8





## INVESTIGAÇÃO

# Indiciamento de ministro desgasta mais o Planalto

PF conclui inquérito que apurava desvio de recursos da Codevasf e aponta Juscelino Filho como suspeito de corrupção, fraude em licitação e organização criminosa. Líder do governo no Senado diz que Lula pretende tomar uma decisão sobre o caso

» VICTOR CORREIA

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

A Polícia Federal indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo a corporação, o integrante do governo cometeu os crimes de organização criminosa, corrupção passiva, falsidade ideológica e fraude em licitação.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não decidiu sobre a permanência ou não do ministro no cargo (**leia reportagem ao lado**).

O caso envolve uso de emendas parlamentares, quando Juscelino era deputado federal, para pavimentar estradas de Vitorino Freire, no Maranhão. Os recursos teriam sido usados para beneficiar somente propriedades da família do ministro.

O relatório final da PF sobre o caso foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), na terça-feira, e está nas mãos do ministro Flávio Dino. Ele deve encaminhá-lo à Procuradoria-Geral da República (PGR) que, por sua vez, decide se apresenta ou não denúncia.

Quando era deputado pelo União Brasil, Juscelino destinou cerca de R\$ 5 milhões em emendas para a prefeitura de Vitorino Freire. A cidade é comandada pela irmã dele, a prefeita Luanna Rezende, que foi afastada do cargo por alguns dias, após decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, em meio às investigações. Dias depois, a medida foi suspensa.

Segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), cerca de 80% das emendas enviadas por Juscelino à prefeitura foram gastos para pavimentar uma rodovia que acessa propriedades do ministro e da família dele, em obras com custo estimado em R\$ 7,5 milhões. Os recursos foram repassados por meio da Codevasf, e as obras, realizadas pela empresa Construservice, que tinha o empresário Eduardo José Barros Costa, o "Eduardo DP", como sócio oculto.

Em inquérito sobre



O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito"

Juscelino Filho,  
ministro das Comunicações

irregularidades na Codevasf, a PF encontrou mensagens trocadas por Eduardo DP e Juscelino Filho, entre 2017 e 2020, em que os dois discutiam as obras e a destinação de emendas.

Eduardo DP é investigado por uma série de irregularidades em licitações e tem ligação com diversos políticos maranhenses. O delegado responsável pelo interrogatório decidiu, então, cancelar o depoimento após poucos minutos.

A operação. Juscelino foi, porém, convocado a depor pela corporação. A oitiva ocorreu em 17 de maio deste ano. O ministro respondeu alguns questionamentos sobre o caso, mas disse que se recusaria a comentar tópicos sem ligação com o desvio das emendas parlamentares. O delegado responsável pelo interrogatório decidiu, então, cancelar o depoimento após poucos minutos.

### Defesa

Procurado pelo **Correio**, Juscelino Filho negou qualquer irregularidade. Ele classificou o indiciamento como "ação política e previsível" e comparou a investigação da PF com a Operação Lava-Jato.

"O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito. É importante deixar claro que não há nada, absolutamente nada, que envolva minha

atuação no Ministério das Comunicações, pautada sempre pela transparência, pela ética e defesa do interesse público", escreveu o ministro em nota.

Juscelino disse apenas ter indicado as emendas parlamentares e que a responsabilidade de fiscalizar as obras é do Executivo e de órgãos competentes. Também criticou os procedimentos da PF. "Durante o meu depoimento, o delegado responsável não fez questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação. Além disso, o encerrou abruptamente após apenas 15 minutos, sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento", enfatizou. "Isso suscita dúvidas sobre sua isenção, repletando um modus operandi que já vimos na Operação Lava-Jato e que causou danos irreparáveis a pessoas inocentes."

O ministro destacou que indiciamento não significa culpa e que a Justiça é a única instância capaz de julgar o caso. "Minha inocência será

comprovada ao final desse processo, e espero que o amplo direito de defesa e a presunção de inocência sejam respeitados", frisou.

Em nota, o União Brasil reforçou seu apoio ao filiado e disse que "suspeitas são apenas suspeitas". A sigla também afirmou que as acusações começaram somente após a posse de Juscelino como ministro, o que indica atuação política para derrubá-lo do cargo. "Indiciamento não deve significar culpa, e o princípio da presunção de inocência e o devido processo legal devem ser rigorosamente respeitados", destacou.

As suspeitas pesam contra o ministro desde o início do ano passado. Ele já foi convocado por Lula para esclarecer acusações como o uso de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para participar de um leilão de cavalos e irregularidades em suas contas eleitorais. Por enquanto, a possibilidade de demitir Juscelino é considerada baixa dentro do Palácio do Planalto, apesar do indiciamento.

## Cobrança ao partido

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda vai tomar uma decisão sobre o caso do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, indiciado pela Polícia Federal por suspeitas de desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Wagner ainda afirmou que quem deveria tomar uma decisão sobre a permanência ou não de Juscelino no cargo é o União Brasil, partido ao qual o ministro é filiado.

"O presidente ou vai embarcar ou já embarcou para a reunião do G7. Ele vai ser informado de tudo e aí vai tomar uma decisão", frisou. "Na verdade, quem teria que tomar uma decisão é o partido dele. Não se trata de proteger, defender ou acusar. Se está tendo um evento, qual é a reação? Sai para se defender? Fica se defendendo?", acrescentou.

O senador disse que Lula "foi muito claro com ele (Juscelino Filho) quando saíram as primeiras declarações. (Disse) Vai lá e se defende. Ele se defendeu. Agora tem um fato novo, que é o indiciamento".

Wagner também ressaltou que "não tem relação de causa e efeito da ação da Polícia Federal com qualquer vontade política" do governo em relação a uma troca nas cadeiras da Esplanada.

Lula participa, hoje, em Genebra, na Suíça, da 112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT). Amanhã e sábado, em Apúlia, na Itália, o chefe do Executivo estará na reunião de cúpula do G7, grupo composto pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Após a sessão da Cúpula, o presidente brasileiro participará de jantar oferecido pela primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. A previsão é de retorno ao Brasil no próprio sábado.

## PF procura presidente do Solidariedade

» RENATO SOUZA

A novela que envolve o Partido Republicano da Ordem Social (Pros) teve um novo capítulo. Eurípedes Júnior, que esteve à frente da sigla durante anos e é o atual presidente do Solidariedade, está sendo procurado pela Polícia Federal. Ele foi alvo, ontem, de uma operação deflagrada para investigar desvios de recursos do fundo partidário e eleitoral. A ação foi determinada pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal.

A PF cumpriu, ontem, seis de sete mandados de prisão contra acusados de envolvimento no esquema. Uma das detenções ocorreu no Paraná e cinco no DF — entre os alvos, estavam dois advogados de Eurípedes Júnior. Segundo a corporação, eles recebiam honorários muito acima

dos valores praticados no mercado, o que levantou a suspeita de lavagem de dinheiro.

Acusado de chefiar o esquema criminoso, Eurípedes Júnior é considerado foragido porque não foi encontrado nos endereços visitados pelas equipes policiais e não se apresentou espontaneamente à Justiça. As diligências continuam em andamento para tentar descobrir o paradeiro dele.

Além das prisões, a PF cumpriu 45 mandados de busca e apreensão, sequestro de 32 imóveis e bens materiais e bloqueio de R\$ 36 milhões dos investigados.

Eurípedes Júnior começou a carreira política como vereador em Planaltina de Goiás, em 2008. Ele vive na cidade e sempre chamou a atenção dos moradores com as viagens de helicóptero até o Plano Piloto.

Reprodução/Instagram



O Pros existia desde 2013 — tendo Eurípedes como um dos fundadores. No ano passado, foi incorporado pelo Solidariedade. A sigla apoiou governos e

candidaturas petistas nas eleições de 2014, 2018 e 2022. No entanto, sempre votou com os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Eurípedes chegou a ser

demitido por uma assembleia interna realizada por outros dirigentes partidários. No entanto, voltou ao cargo por determinação da Justiça.

**Eurípedes Júnior é alvo de mandado de prisão, acusado de chefiar o esquema criminoso**

### Aeronave

O esquema é antigo e vem sendo apontado pelo **Correio** desde 2017. Reportagem produzida à época revelou que Eurípedes comprou um helicóptero com recursos públicos para se deslocar da casa dele à sede do Pros, no Lago Sul. Em 2019, o **Correio** revelou que o Pros usou candidaturas laranjas nas eleições de 2018.

Ontem, a Justiça determinou a apreensão do helicóptero, modelo R-66, prefixo PP-CHF, adquirido pelo valor médio de R\$ 2,8 milhões. Atualmente, a aeronave está aviada em R\$ 5 milhões.

A defesa do acusado não respondeu aos contatos feitos pela reportagem. Em nota, o Solidariedade afirmou que os fatos investigados são anteriores à fusão dos partidos.

## ARROZ IMPORTADO

## PF e CGU investigam leilão

Apuração será sobre empresas vencedoras e participação de servidores públicos na compra, sob suspeita de fraude

» RAFAELA GONÇALVES  
» VINICIUS DORIA

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) vão apurar possíveis irregularidades na importação de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Serão investigadas empresas e a participação de servidores públicos no procedimento.

O certame foi anulado por decisão do governo federal, após um suposto favorecimento das quatro empresas que venceram o leilão. A averiguação se deu a partir de um pedido da própria Conab, que também está conduzindo suas próprias investigações internas por meio da Corregedoria.

A suspensão do leilão resultou na demissão do então secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, após indícios de “incapacidade técnica e financeira de algumas empresas”.

A Foco Corretora de Grãos, uma das principais vencedoras do leilão, é do empresário Robson Almeida de França, que foi assessor parlamentar de Geller na Câmara e é sócio de Marcello Geller, filho do secretário.

Das quatro empresas que venceram a disputa, a maior compradora é de Macapá (AP) e tem como atividade principal a venda de leite e laticínios. Outra pertence a um empresário de Brasília que afirmou ter pago propina para conseguir um contrato com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Associações de produtores alegam favorecimento na realização do certame. Inicialmente, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou que

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



**Infelizmente, (o leilão) foi conduzido de forma equivocada, e não estou falando de má-fé por parte de ninguém. A quantidade ofertada foi decisão da Casa Civil. O ministro Fávaro puxou o assunto 100% para seu gabinete”**

**Neri Geller**, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura

Geller deixaria a pasta por vontade própria. No entanto, o então secretário deixou claro que se tratava de uma demissão. A exoneração foi publicada ontem no *Diário Oficial da União (DOU)*, assinada pelo ministro Rui Costa, da Casa Civil.

Geller afirmou que o leilão foi “um equívoco” e que não seguiu as recomendações dos técnicos do órgão. Ainda segundo ele, a decisão de importar arroz por meio de leilão foi de Fávaro e de Rui Costa. “Infelizmente, (o leilão) foi conduzido de forma equivocada, e não estou falando de má-fé por parte de ninguém.

A quantidade ofertada foi decisão da Casa Civil. O ministro Fávaro puxou o assunto 100% para seu gabinete”, disse, em entrevista à Band News TV.

**Bode expiatório**

O ex-secretário — um dos poucos políticos ligados ao agronegócio que esteve ao lado de Lula desde a campanha eleitoral — avisou que sua biografia “não vai ser jogada no lixo” e que não vai aceitar, “de forma nenhuma, sair como bode expiatório dessa história”. “Vou me posicionar com muita

firmeza e depois vou sair da mídia”, assegurou.

Perguntado sobre a atuação de Fávaro, Geller evitou polemizar, mas não escondeu uma ponta de decepção com sua demissão. “Não posso ser penalizado por um erro político que foi cometido na condução desse leilão”, queixou-se. “Não posso sair atirando no ministro Fávaro, por ética e respeito. Mas a relação do governo com o Congresso precisa ser melhorada, com certeza. Não estou torcendo pela queda do ministro. Peço para que ele dialogue, não centralize tanto as ações. A

pasta precisa do apoio do Congresso Nacional.”

O leilão foi estabelecido para reduzir o preço do arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul. O estado é responsável por 70% da produção nacional do grão. Foram adquiridas 263,37 mil toneladas de arroz importado no certame de compra pública. A União ainda pretendia fazer novo pregão, sem data definida.

A ideia do governo era vender o arroz importado em embalagem específica a R\$ 4 o quilo, de forma que o preço final não ultrapasse R\$ 20 pelo pacote de 5 quilos. Em nota, a CGU afirmou

que há “esforço conjunto entre as instituições para garantir a transparência e a correção dos processos envolvidos na importação do arroz”.

O presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Alexandre Velho, afirmou que o cancelamento do leilão por si só é “reconhecimento de grande erro”. Ele assegura que a medida não é necessária e que o abastecimento do país é suficiente. De acordo com produtores, a importação pode comprometer o setor e a autossuficiência do Brasil na produção de arroz.

## Cercos a deputados brigões

» HENRIQUE LESSA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a mudança no regimento que cria a possibilidade da suspensão cautelar dos deputados envolvidos em confusões onde acontece a quebra de decoro parlamentar. A medida, aprovada por 400 votos a 29, era defendida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), na tentativa de frear a escalada de brigas e confusões cada vez mais frequentes.

O deputado brigão poderia levar um “gancho” de até seis meses, ou até o julgamento do Conselho de Ética das representações, no texto inicial dava todo o poder de decidir pela suspensão para a mesa diretora da Câmara, composta por Lira e mais seis deputados, acabou sendo alvo de críticas de parlamentares de todos os espectros políticos.

O deputado Glauber Braga (PSol-RJ) comparou a medida a “um AI 5 de Arthur Lira” — em referência Ato Institucional número 5 que aumentou os poderes de perseguir opositores do governo militar durante a ditadura.

Com o risco de não aprovar nada, Lira voltou a negociar com os líderes partidários e a proposta acabou desidratada ao longo do dia. Na votação do texto, até mesmo o PSol, partido de Braga, encaminhou de forma favorável à medida.

Aversão apresentada pelo relator, Domingó Neto (PSD-CE), que foi a aprovada no plenário, estabelece que a mesa diretora, no prazo de até cinco dias após o conhecimento do fato, poderá solicitar a suspensão do mandato do parlamentar, mas a decisão de aplicação da penalidade ficará a cargo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, composto por 21 deputados, com mandatos de dois anos. É o Conselho o responsável pelo julgamento dos processos disciplinares contra os deputados.

O colegiado terá que apreciar a solicitação da mesa em até três dias e, no caso de confirmação da penalidade, o parlamentar pode recorrer ao plenário da Casa, que precisará validar, com maioria absoluta (257 votos dos 513 deputados), a aplicação da suspensão.

O texto ainda prevê que o presidente da Câmara, em casos urgentes, pode propor a suspensão sem ouvir os demais integrantes da mesa, e em caso de o Conselho de Ética não decidir o pedido no prazo de três dias, a suspensão pode ser encaminhada diretamente para o plenário da Casa, que, com a totalidade dos deputados, terá a prerrogativa de decidir sobre a aplicação da punição ao colegio.

O relator disse que a medida é oportuna e necessária para o bom funcionamento da Câmara. “Tendo em vista os graves acontecimentos recentes, envolvendo insultos, ameaças, agressões físicas e verbais, incompatíveis com um ambiente democrático e com a urbanidade, a ética e o decoro”, disse o deputado, que também é corregedor da Câmara.

Apesar da nova regra não estabelecer os casos concretos que poderiam gerar esse tipo de punição, o deputado lembrou que isso já está descrito no Código de Ética da Câmara. “Não estamos entrando na área do Código de Ética. O que cabe para suspender

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



A proposta apresentada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, foi aprovada por 400 votos a favor e 29 contra

um parlamentar está no código desde 2001”, frisou.

**Consenso**

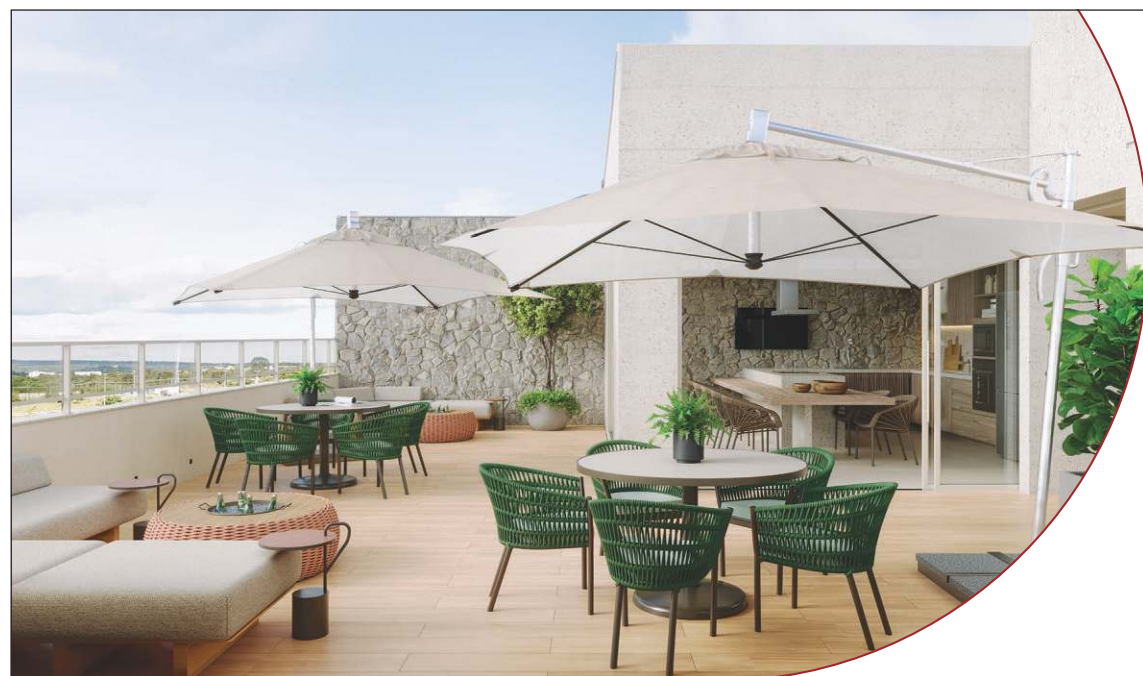
Parlamentares de todos os campos políticos apontam a necessidade de se criar mais urbanidade para os trabalhos da Casa legislativa.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF) criticou o fato de a Casa não ter formas de controle mais

eficazes de desvios de conduta. “Tínhamos de avançar para esse tipo de proposta para evitar que os colegas briguem. Os xingamentos e a discordância das ideias vamos respeitar, mas a agressão física fica muito difícil.”

Na mesma linha, Chico Alencar (PSol-RJ) afirmou que o ambiente na Câmara “é doentio e precisa de um remédio eficaz”, mas criticou a proposta inicial que possibilitava que a mesa diretora

decidisse sobre os mandatos. Glauber Braga recuou e destacou que houve uma “redução de danos” entre o texto original e a versão aprovada. “Em um quadro que a gente tem ampliação de poderes para deliberação sumária de suspensão de mandato, os mais prejudicados são os parlamentares da esquerda. Não são os que vão articular acordos com o presidente para sua salvação”, argumentou.



**COBERTURAS  
COM VISTA LIVRE**

**301 M<sup>2</sup> A 310 M<sup>2</sup>  
NO NOROESTE. AGUARDE**

**PaulOOctavio**

CU1700

## CONGRESSO

# PEC das drogas passa com folga em comissão

Proposta que criminaliza a posse de qualquer substância ilícita, e não distingue o usuário do traficante, é aprovada depois de mais um confronto ideológico

» HENRIQUE LESSA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a proposta de emenda constitucional (PEC) que criminaliza a posse de qualquer quantidade de droga. A matéria aprovada no Senado, em abril, foi patrocinada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como uma resposta do Legislativo ao Supremo Tribunal Federal (STF) — que analisa uma ação que pode definir a quantidade que distingue o usuário do traficante.

Depois de quatro horas, a CCJ aprovou a PEC por 47 x 17. No debate, deputados da oposição acusaram os governistas de agirem em defesa do tráfico e do crime organizado. Os apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateram, dizendo que a proposta não trata de descriminalização e a visão de punir usuário não vai resolver o problema.

O deputado Ricardo Salles (PL-SP), relator no colegiado, defendeu a importância da medida. Também responsabilizou os usuários de drogas pelos crimes cometidos por traficantes. “Se não tivermos uma medida constitucionalmente prevista que coloque responsabilidade sobre aqueles que são os verdadeiros originadores da demanda do tráfico de drogas, haverá um desincentivo, evidentemente, à interrupção do relativo consumo de entorpecentes no Brasil”, frisou.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) ironizou a posição de Salles. “Quem fala isso provavelmente toma seu uisquinho à noite para relaxar, o que já foi considerado crime. Não se trata, ao contrário de algumas afirmações falaciosas, de legalizar drogas ilícitas, e sim constitucionalizar a penalização do usuário, inclusive de consumo pessoal de drogas hoje proibidas”, provocou.

Outra parlamentar contrária ao texto, a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS), após mais uma rodada de embate com integrantes da oposição que compõem a CCJ, desafiou os deputados presentes à sessão a fazer um teste toxicológico.

“Vamos todos fazer. Saio e faço o exame do meu cabelo, para todas as drogas, mas vamos fazer todos. Não ouvi nada da extrema

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão que aprovou relatório da PEC das Drogas deixou claro que trata-se de uma ação contra o STF



**Se não tivermos uma medida constitucionalmente prevista que coloque responsabilidade sobre aqueles que são os verdadeiros originadores da demanda do tráfico de drogas, haverá um desincentivo, evidentemente, à interrupção do relativo consumo de entorpecentes no Brasil”**

**Deputado Ricardo Salles (PL-SP),**  
relator da PEC das Drogas na CCJ da Câmara

direita quando o avião do tio da (senadora) Damares (Alves, Republicanos-DF) tinha 300kg de cocaína. Quem vai cheirar 300kg? É óbvio que é tráfico. Não ouvi nada quando, na comitiva presidencial, tinha avião com cocaína. Vender a ideia de que punir o usuário vai resolver o problema do tráfico é uma mentira”, criticou.

## Sem alteração

O relatório de Salles, aprovado na CCJ, manteve o texto do Senado. Agora, a PEC deve ser analisada por uma comissão especial e,



**Quem fala isso provavelmente toma seu uisquinho à noite para relaxar, o que já foi considerado crime. Não se trata, ao contrário de algumas afirmações falaciosas, de legalizar drogas ilícitas, e sim constitucionalizar a penalização do usuário, inclusive de consumo pessoal de drogas hoje proibidas”**

**Deputado Chico Alencar (PSol-RJ),**  
crítico à proposta que veio do Senado

apenas depois da aprovação neste colegiado, vai ao plenário da Câmara para a votação final.

Na ação em curso no STF, o placar está em 5 x 3 a favor da definição de uma quantidade específica que define o que configura o porte da maconha e o que é tráfico. Apesar da Corte avaliar que somente esta definição consegue separar o vendedor de drogas do usuário, a proposta do Legislativo segue sem especificar qual é a quantidade — e repassa essa decisão para a autoridade judicial.

Na comissão, o deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) deixou claro que a PEC é uma resposta ao Supremo. “Estamos tratando aqui para que possamos ter a certeza de que legislar sobre esse tema será função da Câmara e do Senado, e não da interpretação do Supremo Tribunal Federal”, salientou.

A PEC altera pouco da atual Lei das Drogas, que já determina como crime adquirir, guardar, transportar, semear, cultivar ou colher substâncias proibidas, mesmo que para o consumo pessoal. Mas, diferentemente do tráfico, a posse não é punida com prisão, e sim com a prestação de serviços comunitários e medidas educativas.

## Cassetete e algema contra menor infrator

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Relatório de Sanderson pretende introduzir mudanças no ECA

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um projeto que disciplina a atuação coercitiva de agentes socioeducativos que trabalham com crianças e adolescentes. O texto prevê que equipamentos de proteção individual — como spray de pimenta, escudos, cassetetes e algemas — podem ser utilizados em caso de rebeliões e conflitos. Também será permitido o direito ao porte de arma de fogo aos agentes, desde que não sejam usadas dentro das unidades do sistema socioeducativo.

O Projeto de Lei 1.555/19, de autoria do ex-deputado Delegado Antônio Furtado, recebeu parecer favorável do relator, deputado Sanderson (PL-RS). O PL inclui três parágrafos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o relator, a utilização dos equipamentos de proteção individual garantem a “dignidade” do trabalho como agente socioeducativo. “É essencial garantir condições dignas de trabalho aos servidores do sistema socioeducativo, que exercem função primordial de custódia de infratores”, afirmou.

Segundo o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), a sociedade já

não encara mais os menores infratores como “pequenos adolescentes inimputáveis”. “Chegou a hora de o Congresso começar a tratar os agentes socioeducativos tal qual a polícia penal. É uma carreira de Estado que lida com pessoas tão perigosas quanto”, salientou.

## Limites

Para a psicóloga Alessandra Araújo, especialista em

atendimento a jovens, a adolescência é um momento de experimentações e aqueles que não recebem apoio familiar estão mais propícios a cometer atos ilícitos e ficarem expostos à violência. “Ao não ter apoio e limitação dentro de casa, o adolescente fica livre para cometer atos infracionais. Infelizmente, o Estado impõe esse limite. Violência por violência nunca é saudável, nem para quem recebe do

adolescente, nem contra quem o adolescente pratica”, observa.

Desde de 2006, crianças e adolescentes que cometeram algum ato infracional são direcionados às unidades socioeducativas ligadas ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que incentivam a proteção e defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. De acordo com o último levantamento realizado pela instituição, em dezembro de 2023, quase 10 mil dos 12 mil adolescentes inseridos no sistema socioeducativo cumprem punição em semiliberdade ou estão internados.

Dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania mostram que o Brasil tem mais de 450 unidades socioeducativas, que atendem quase 12 mil jovens privados de liberdade. No total, 23 mil profissionais, entre agentes e técnicos, atuam nessas unidades.

O PL 1.555/19 foi aprovado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e tramita em caráter conclusivo. Será analisado, agora, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara.

\* **Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Quanto mais Lula reza, mais assombrações aparecem

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), foi indiciado ontem pela Polícia Federal (PF), por crimes como corrupção passiva, fraude em licitações e organização criminosa. A denúncia é mais uma dor de cabeça para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mal o governo acabou de anular um leilão para compra emergencial de estoques de arroz por suspeitas de fraude.

Maranhense, Juscelino Filho tem 40 anos e assumiu o cargo desde o início do governo Lula, como parte do acordo com o União Brasil. Responde pela política de telecomunicações, radiodifusão e serviços postais do governo (Correios). É deputado federal desde 2014, tendo sido reeleito em 2018 e 2022.

Juscelino é acusado de desviar emendas parlamentares quando era deputado federal, destinadas ao município de Vitorino Freire (MA), cuja prefeita é Luanna Rezende, sua irmã — seu pai, Juscelino Rezende, foi prefeito local por duas vezes. O dinheiro teria sido enviado por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para a pavimentação de ruas. A empresa pública é a preferida dos deputados do Nordeste para destinação de verbas federais, devido à grande capilaridade e facilidade para contratação de obras e serviços nos municípios.

Segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), em mais um exemplo de patrimonialismo oligárquico, 80% da estrada custeada pela emenda beneficiou propriedades de Juscelino e de seus parentes na região. A obra foi executada pela empresa Construservice, que tinha como sócio oculto o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como “Eduardo DP”. As investigações foram realizadas no âmbito da Operação Odoacro, iniciada em julho de 2022, para investigar fraudes em licitações, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro em contratos da Codevasf no Maranhão.

Desde quando foi indicado ministro, diversas denúncias contra Juscelino foram ignoradas por Lula, que ainda não se manifestou sobre mais este caso. Supostamente, o ministro já foi acusado de esconder do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um patrimônio de R\$ 2 milhões em cavalos de raça; de apresentar à Justiça Eleitoral, na campanha de 2022, dados falsos sobre viagens de helicóptero; de usar um voo da Força Aérea Brasileira (FAB) e diárias para ir a leilão de cavalos de raça; de empregar um piloto particular de aeronaves e o gerente do haras da família como funcionários da Câmara, no gabinete de seu suplente, Dr. Benjamim (União-MA) — ambos foram demitidos.

Outras não conformidades também comprometem a imagem do ministro: ceder seu gabinete no ministério para o sogro despachar; utilizar fotografia oficial em eventos privados; favorecer aliado na distribuição de retransmissora de tevê; e beneficiar prefeituras comandadas por sua irmã e um primo com doação de computadores, via programa do ministério. Em todas essas denúncias, o parlamentar se justificou, adotou medidas saneadoras ou simplesmente deixou o assunto sair do noticiário.

## Capivara

Um velho ditado do antigo político maranhense Vitorino Freire, que fez carreira em Minas e empresta o nome ao município comandado pela família de Juscelino, é que jabuti não sobe em árvore — alguém o pôs lá. Juscelino é uma espécie de capivara em cima da árvore. Está no cargo de ministro por indicação do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que deve voltar a presidir o Congresso em 2023, com amplo apoio. Não à toa o União Brasil saiu em defesa de seu ministro: “Suspeitas são suspeitas”.

A legenda alega que Juscelino sofre perseguição política da PF e deve ter respeitado seu amplo direito de defesa: “O União Brasil reforça seu total apoio ao ministro das Comunicações, Juscelino Filho, diante do indiciamento por parte da Polícia Federal. Suspeitas são apenas suspeitas, e o partido não vai admitir pré-julgamentos ou condenações antecipadas sobre o ministro. Indiciamento não deve significar culpa. O princípio da presunção de inocência e o devido processo legal devem ser rigorosamente respeitados”, diz a nota, assinada pelo presidente nacional da legenda, Antônio Rueda.

Em sua própria defesa, o ministro disse: “A investigação, que deveria ser um instrumento para descobrir a verdade, parece ter se desviado de seu propósito original. Em vez disso, concentrou-se em criar uma narrativa de culpabilidade perante a opinião pública, com vazamentos seletivos, sem considerar os fatos objetivos. O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito”.

Segundo Juscelino, “não há nada, absolutamente nada, que envolva minha atuação no Ministério das Comunicações, pautada sempre pela transparência, pela ética e defesa do interesse público”. Como acontece na maioria das vezes, o ministro não pretende renunciar ou se licenciar do cargo para se defender, o que deixa Lula numa saia justa com os aliados do União Brasil, de um lado, e a opinião pública, de outro.

Denúncias de malfeitos no governo Lula são corrosivas, devido à memória de escândalos nos mandatos anteriores, como os do “mensalão” e do “petrolão”.

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Deixa quieto

O governo não vai mexer nas contas do sistema de Previdência dos militares, pelo menos por enquanto. A avaliação de setores do governo é de que não dá para cutucar os militares nesse momento, apesar dos alertas do Tribunal de Contas União (TCU).

## O recado de Walton

Na análise das contas do primeiro ano do governo Lula, chamou a atenção dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) o voto em separado do ministro Walton Alencar, levantando que “o sistema de proteção dos militares é o que impõe maior custo à sociedade por beneficiário e, por isso, deve ser objeto de atenção, estudo e debate”. É onde está o maior buraco. A contribuição dos militares cobre 15,47% das suas despesas, enquanto a do sistema geral de Previdência cobre 65% e a dos servidores, 41,9%.

## O perigo para Lula

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continuar colocando o Estado como promotor de desenvolvimento, aumenta o risco de os empresários se aproximarem ainda mais dos parlamentares, a fim de promover um freio na intenção do Poder Executivo.

## O “esquenta”

A campanha contra a MP 1.227, que limitava a compensação dos créditos de PIS/Cofins e terminou devolvida ao Poder Executivo, foi lida como o primeiro movimento desta união entre setor produtivo e parlamento. O governo ficou a reboque.

# Dezembro de reformas tributária e ministerial



Coordenador do grupo de trabalho que fechou o texto constitucional da reforma tributária, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) calcula que, em dezembro, o governo terá tudo pronto para sancionar a regulamentação da emenda constitucional que estabeleceu o novo sistema tributário sobre o consumo. Nesse caldo, ele acrescenta a reforma ministerial.

“Acho que o presidente não escapará de fazer esse ajuste para os próximos dois anos de governo”, afirmou, no programa *Frente a Frente*, da Rede Vida

de Televisão, referindo-se à necessidade de ajustes. “Se será no núcleo de governo, é o presidente Lula quem vai decidir”, afirmou, sem avançar o sinal.

» » »

Quanto à reforma tributária, Lopes está tão otimista que acredita ter tudo pronto para sanção presidencial em dezembro, como um legado da atual direção do Congresso — Arthur Lira (PP-AL), na Câmara, e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Senado.

## CURTIDAS

**Deixa que eu chuto!** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aceitou o desafio imposto pelo Ministério da Fazenda de arranjar dinheiro extra. Pediu sugestões aos líderes sobre fonte de recursos para a desoneração da folha. A ideia é tapar buracos na arrecadação, sem aumento de carga.

**E o Juscelino, hein?!** O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, está no olho do furacão, suspeito de desvio de emendas. Porém, depois de receber o apoio do partido, o União Brasil, Lula vai dar a ele o benefício da dúvida.

**Sem marola!** Com dificuldades no Congresso, Lula não pretende piorar a sua relação com o União Brasil.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**A postos!** O prefeito de Araraquara, Edinho Silva (foto), tem dito que estará “disponível” para assumir um cargo nacional no fim deste ano. Logo, ficará na prefeitura até terminar o mandato.



## Banco do Nordeste

A força do Nordeste na transformação social do país

Mediadores:



**Carlos Alexandre**

Editor de Política e Brasil do Correio Braziliense



**Denise Rothenburg**

Colunista de Política do Correio Braziliense

Presença confirmada:



**Paulo Câmara**

Presidente do Banco do Nordeste



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, saiba mais sobre o evento e **inscreva-se**.

O Correio Braziliense realizará debate abordando temas sobre políticas públicas, indústria, emprego formal, geração de renda e inclusão social. Serão discutidas potencialidades, tendências e recursos naturais que impulsionam o crescimento econômico da região.

**19/06**  
a partir das 09h30

Assista ao evento **presencialmente e online** com transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio Braziliense

[Correio Braziliense](#)

[@correio.braziliense](#)

[www.correio braziliense.com.br](http://www.correio braziliense.com.br)

Apoio:



Realização:





## SOCIEDADE

# Aprovada urgência para PL sobre aborto

Mas projeto que iguala a interrupção da gravidez, após a 22ª semana, ao homicídio não tem data de votação

» HENRIQUE LESSA

A Câmara aprovou, ontem, o regime de urgência para o projeto que quer proibir qualquer aborto — mesmo os legais — após as 22 semanas de gestação, e o equipara ao homicídio. O PL 1.904/24 tem o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária, da Frente Parlamentar Evangélica e da “bancada da bala” — três dos grupos mais conservadores do Congresso. A matéria, porém, não tem data para ser votada.

Apesar do protesto dos parlamentares de esquerda — que salientavam que a pena máxima para uma mulher vítima de estupro, e que decida interromper a gravidez, pode ser maior que a do estupro —, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a mencionar o número do projeto, mas não anunciou debate ou votação. A urgência passou simbolicamente, depois de um acordo entre os líderes partidários.

“Vossas excelências querem que a pena de uma menina vítima de estupro seja maior que a do estupro por fazer o aborto legal. É o que prevê o PL 1.904, que está na pauta da Câmara dos Deputados”, criticou a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS).

De autoria do deputado Sós-tenes Cavalcante (PL-RJ), um dos líderes da bancada evangélica, o projeto aumenta para até 20 anos a pena máxima para a mulher que realizar um aborto após 22 semanas de gestação — a punição para o crime de estupro é limitada em 10 anos. Para tentar impedir que a matéria vá adiante, 20 entidades da sociedade civil lançaram a campanha “Criança Não é Mãe”. Clara Wardi, assessora técnica do

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Centro Feminista de Estudos e Assessoria — um dos grupos à frente da iniciativa —, aponta que “as principais afetadas são as meninas jovens, que são a maioria que recorre ao aborto legal em gestações acima de 22 semanas”.

“No Brasil, a gente tem dados alarmantes de estupros de meninas nessa faixa etária. É uma população que tem maior dificuldade para identificar a gestação ou até mesmo comunicá-la aos cuidadores. É dentro das famílias que ocorrem os principais casos de estupro”, lamenta Clara.

### Limite

O PL 1.904 insere no Código Penal o limite de 22 semanas até mesmo para o aborto autorizado por um juiz — permitido para mulheres vítimas de estupro com fetos anencéfalos (onde não há a formação do cérebro) e em casos em que a gestação coloca em risco a vida da mãe. Nesses casos, atualmente o aborto legal não tem limite de prazo para ser realizado.

Com a aprovação do regime de urgência, o PL pode ser analisado diretamente pelo plenário da Câmara, sem passar pelas comissões temáticas. O texto

começou a tramitar depois que os líderes partidários cobraram de Lira a promessa de que o assunto seria priorizado.

Apesar da oposição dos partidos da esquerda, o Palácio do Planalto decidiu ficar de fora da discussão. Temeroso de mais uma derrota humilhante no Congresso, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), na terça-feira deixava clara a equidistância da discussão. “Isso não é assunto de governo”, resumiu. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança, em 2023 o Brasil alcançou o recorde de denúncias de estupro, com quase 75 mil vítimas.



**Vossas excelências querem que a pena de uma menina vítima de estupro seja maior que a do estupro por fazer o aborto legal. É o que prevê o PL 1.904”**

**Deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS)**

## MEIO AMBIENTE

# Sistema alertará população para emergência climática

» MAYARA SOUTO

A implementação de um sistema de alarmes para avisar a população, em casos de emergências climáticas, foi debatida ontem, na Câmara dos Deputados. Alguns municípios das regiões Sul e Sudeste serão submetidos a testes, em julho, para verificar a eficiência da inclusão da tecnologia nos celulares.

O Cell Broadcast é uma ferramenta que dispara mensagens, em formato de “pop-up” — que surge nas telas do computador ou dos celulares, saltando acima da área de trabalho. Os aparelhos que estiverem conectados à rede 4G e 5G serão o ambiente para os testes.

O alerta ficará sobreposto a qualquer conteúdo que esteja sendo visualizado pelo usuário. Em casos de perigo extremo, além do texto, os dispositivos tocam um som contínuo de alerta.

A intenção da implementação da tecnologia é chamar a atenção imediata para a possibilidade de crises ambientais e meteorológicas, como as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul, além de queimadas, deslizamentos de terra, ciclones, vendavais e chuvas de granizo.

Esse modelo é usado internacionalmente e, na América do Sul, o Chile o utiliza para riscos de terremoto, alerta de tsunami e queimadas. O sistema é similar ao J-Alert, utilizado no Japão desde 2007.

“A implantação será gradativa. Vamos começar agora testes com a população, em alguns municípios, a partir de 20 de julho. Pegaremos um grupo pequeno para ver como a população reage. Daremos capacitação e verificaremos, durante 30 dias, o que precisa ser mudado. A partir daí, vamos nacionalizar”, explicou Armin Braun, diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR).

### Acionamento

Segundo Braun, há uma grande preocupação de que esse sistema seja acionado somente em casos de necessidade real. A partir do recebimento da mensagem, a população será orientada sobre como agir — seja saindo do local ou tomar alguma atitude dentro de casa.

Essa é uma das características que diferencia o Cell

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Segundo Armin, sistema será avaliado por 30 dias antes da implantação

Broadcast dos SMS que são emitidos, pelas defesas civis, em todo país, quando há alertas. Isso porque essas mensagens não são “alarmantes”, mas apenas avisos.

Outro ponto é que no atual sistema nacional, as pessoas precisam se cadastrar para receberem as advertências. No Cell Broadcast, todos os celulares

conectados a antenas instaladas áreas em risco, receberão automaticamente a mensagem.

A discussão sobre a implementação do novo sistema de alerta foi feita em uma das comissões que analisam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 44/2023, que propõe um orçamento específico para a prevenção de desastres climáticos.

# RS à espera de mais chuvas

» PEDRO JOSÉ\*

A chuva retorna ao Rio Grande do Sul no próximo fim de semana, com acumulados significativos em algumas áreas. O alerta é da MetSul Meteorologia, salientando, porém, que não são esperadas marcas tão extremas quanto as que causaram a inundação, a partir do fim de abril.

O principal prejuízo a ser causado pelas chuvas que se aproximam e o atraso na limpeza das cidades, uma vez que o lixo e o entulho ainda se acumula nas ruas. As precipitações pluviométricas devem persistir por vários dias e os volumes não serão uniformes em todo o território do estado.

As autoridades devem estar em alerta, porque entre o sábado e a segunda-feira a expectativa é de que a chuva atinja marcas próximas ou acima de 100mm.

O cenário de instabilidade prolongada está associado à formação de um corredor de umidade (conhecido como “rio voador”) a leste da Cordilheira dos Andes. Esse fenômeno transportará umidade da Região Amazônica e do Atlântico Tropical até o Rio Grande do Sul.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

## PEELING DE FENOL

# Farmacêutica afirma que esteticista não era habilitada

A farmacêutica Daniele Stuart, que oferece cursos na área de estética, prestou depoimento ontem à Polícia Civil do Paraná, depois de ser envolvida na investigação da morte de Henrique Chagas, de 27 anos, em decorrência de um procedimento de peeling de fenol. Natalia Becker, responsável por aplicar o procedimento, teria aprendido a técnica em um curso on-line oferecido pela farmacêutica. A influencer foi indiciada por homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar) e responde em liberdade.

A polícia, Daniele disse que Natalia não estava habilitada a atuar na área e que a capacitação é destinada a profissionais de farmácia, biomedicina, enfermagem, odontologia, medicina e fisioterapia dermatofuncional. A defesa da influencer diz que as alegações são “inverídicas” e que as acusações são “precipitadas”.

O curso de Daniele, que tem seis horas de duração, é oferecido por meio de uma plataforma on-line e pode ser acessado por qualquer pessoa que pague a inscrição. Segundo o advogado Jeffrey Chiquini, que representa a farmacêutica, a formação não tem caráter profissionalizante e é “exclusivamente conceitual”.

O defensor de Daniele reforçou que o curso é autorizado pela legislação vigente e que a farmacêutica tem as qualificações exigidas para ensinar procedimentos do tipo. “Se a Natalia tivesse seguido o protocolo ensinado pela doutora Daniele Stuart, isso não teria acontecido. Todos os procedimentos que aquela senhora aplicou não condizem com o curso fornecido por ela”, afirmou Chiquini, ressaltando que Daniele nunca teve contato com a influencer.

A farmacêutica também se defendeu nas redes sociais. Em uma publicação, disse que há “evidências” de que Natalia lesionou a pele de Henrique antes da aplicação do fenol, o que “qualquer profissional habilitado na área da estética sabe que não se faz em pele que não esteja íntegra”.

Em nota, a advogada Tatiana Forte — que representa Natalia — disse que “não procedem as alegações e declarações de Daniele Stuart e de seu advogado de que o curso livre é conceitual”. “No curso foi ministrado e informado o tratamento propriamente dito, protocolos, métodos, os produtos a serem utilizados, onde adquiri-los, riscos e intercorrências, não sendo abordado ou sinalizado, em momento algum, risco à saúde ou à vida”, acrescentou a defesa da influencer.

### Invasão

O peeling de fenol consiste na aplicação de um ácido no rosto para reduzir manchas de pele. Segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), é uma intervenção invasiva e reações imprevisíveis ocorrem com frequência. Por isso, deve ser realizado por médico, em ambiente hospitalar e com monitoramento cardíaco.

A substância é tóxica e pode causar arritmias no paciente. Por isso, também são necessários exames para verificar a saúde do coração, como eletrocardiograma.

De acordo com o marido de Natalia, tais exames não eram exigidos dos pacientes da clínica. O preparo, segundo ele, se limitava à limpeza do rosto e à aplicação de anestésico antes do fenol.



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 13 de junho de 2024

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.412	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
1,4% São Paulo	120.767	R\$ 5,406 (+0,84%)		R\$ 5,842	10,40%	10,42%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,09% Nova York	119.936						
	7/6 10/6 11/6 12/6						

## DIREITOS TRABALHISTAS

# Correção do FGTS deve ser, pelo menos, o IPCA

Após dez anos de análise, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os depósitos dos trabalhadores devem ser corrigidos, no mínimo, pela inflação oficial do país. Decisão contrária o voto do relator, Barroso, que pedia correção pela poupança

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, ontem, que os novos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser corrigidos, no mínimo, com base na inflação oficial do país. Por 7 votos a 4, prevaleceu o entendimento do ministro Flávio Dino, que votou para acatar a sugestão apresentada pelo governo federal aos magistrados.

Atualmente, o FGTS tem um rendimento igual ao valor da Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. O índice está em 0,32% ao mês, mas pode mudar, pois é formado por uma série de variáveis. O novo sistema prevê a manutenção da TR mais 3% com distribuição de resultados, assegurando o piso e utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — a inflação oficial do país.

O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação da Solidariedade apresentada em 2014, que questiona o modelo atual de reajuste dos valores depositados. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, relator, havia defendido que a correção seguisse a da caderneta de poupança. No entanto, esse posicionamento foi seguido por apenas outros três ministros.

“Observado que o FGTS constitui recurso de propriedade do trabalhador (e não recurso público), não há dúvida de que a sua remuneração tem de ser ao menos equivalente à remuneração da poupança, já que a última tem maior liquidez para o seu titular”, afirmou Barroso.

O processo foi retomado em novembro de 2023, mas foi

SCO/STF



Sessão do STF acatou a sugestão da AGU pela correção do FGTS pela inflação oficial

interrompido após um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Cristiano Zanin. Na volta do julgamento, ele se posicionou pela rejeição do ajuste. Segundo o magistrado, não cabe ao Judiciário interferir no índice de correção sob risco de flertar com a indexação da economia. “Não vislumbro, com o devido respeito às compreensões no sentido contrário, violação a preceito constitucional da propriedade ou da

moralidade administrativa no critério da correção monetária e da capitalização de juros”, disse Zanin, ao votar.

Acompanharam, os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Segundo Zanin, a ação é improcedente “seja em razão da natureza peculiar e complexa do direito ao FGTS, que não se confunde, na minha compreensão, com mera aplicação financeira, seja em razão da

autocontenção devida pelo Poder Judiciário em questões que são eminentemente da política econômica e monetária”.

### Função social

A maioria do STF seguiu o entendimento do ministro Flávio Dino, pela adoção do modelo apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), fixado por meio de um acordo com

centrais sindicais. Em seu voto, o magistrado também destacou que, desde que foi criado, o fundo de garantia busca cumprir uma função social, não se tratando de uma aplicação financeira.

“É pelos mais pobres que defendo o modelo proposto pelas centrais sindicais, respeitando a autonomia privada coletiva”, afirmou o ministro, recordando que o fundo deve garantir, ao mesmo tempo, a segurança



**É pelos mais pobres que defendo o modelo proposto pelas centrais sindicais, respeitando a autonomia privada coletiva”**

**Flávio Dino**, ministro do Supremo Tribunal Federal

dos trabalhadores e os investimentos sociais.

Os integrantes da Corte determinaram que a decisão valerá apenas para futuros depósitos e não poderá retroagir. O tema é de extremo interesse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois impacta o setor de habitação, em especial o programa Minha Casa, Minha Vida, que usa recursos do FGTS para ofertar financiamento em condições mais acessíveis à população.

Após o resultado, o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que a classe trabalhadora saiu vencedora. “A decisão de hoje do Supremo representa uma vitória para todos os envolvidos na discussão da ação julgada. Ganham os trabalhadores, os que financiam suas moradias e os colaboradores do setor de construção civil.”

“Na condição de ex-empregado da Caixa, sinto-me profundamente comovido ao contribuir para preservar a poupança dos trabalhadores e proporcionar a oportunidade de possuírem sua própria residência aqueles que mais necessitam”, completou.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

# TCU aprova contas de 2023

» ROSANA HESSEL

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, com ressalvas, as contas orçamentárias do governo de 2023, primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os ministros da Corte acompanharam o parecer do relator, Vital do Rêgo, que apontou indícios de irregularidades na concessão de benefícios tributários considerados prioritários pelo Executivo, especialmente o aumento de 274,4% no volume de renúncia de receita de 2021 a 2023 e de 295,5% na projeção de 2023 até 2026.

No relatório de 26 páginas, Vital do Rêgo fez cinco recomendações, dois alertas e cinco ressalvas — uma irregularidade e quatro impropriedades na execução do Orçamento e na gestão dos recursos públicos federais. No Balanço Geral da União, ainda foram verificadas 10 distorções, sendo sete de valor e três de classificação.

O relator destacou no documento que, no ano passado, foram criadas 32 novas desonerações tributárias com impacto negativo na arrecadação de R\$ 68,4

bilhões. E, no ano todo, o volume de gastos tributários somou R\$ 518,9 bilhões, aumento de 8,1%, muito acima da inflação oficial, de 4,62%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Vital do Rêgo ressaltou que, com essa renúncia fiscal — que voltou a crescer desde 2021 e, no ano passado, respondeu por 4,78% do Produto Interno Bruto (PIB) —, seria possível “quase neutralizar a expansão da Dívida Pública Federal (R\$ 550 bilhões) ou ampliar mais de três vezes o Programa Bolsa Família (de R\$ 166,27 bilhões) ou ainda cobrir com folga o déficit previdenciário de todos os sistemas (R\$ 428 bilhões)”.

Ao analisar o parecer do TCU, a especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ressaltou que, sobre os gastos tributários, “é imperativo avançar nessa temática. Isso passa por avaliação, monitoramento e revisão dessas despesas”. “A sinalização era de que esse ano haveria um avanço mais concreto em relação aos quadros de despesas de médio prazo e sobre a revisão periódica de gastos. O Projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias (PLDO) apresentou esses elementos, mas minha percepção é de que ainda há mais por fazer”, ressaltou.

“O TCU corretamente ataca o excesso de gastos tributários no país, em linha com os argumentos do Ministério da Fazenda. Inclusive, com uma visão correta da ineficácia da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores, que foi prorrogada pelo Congresso”, avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, reforçando a importância da revisão desses gastos, mas o tribunal deixou de fora uma discussão maior sobre duas contas de gastos muito elevadas: o Simples e a Zona Franca de Manaus. “Seria papel do TCU apontar o excesso de gastos tributários também nessas esferas”, defendeu.

Na opinião de Vale, o Ministério do Planejamento e Orçamentos (MPO) precisa passar um penfio detalhado nessas renúncias fiscais, com o objetivo de identificar se funcionaram de fato ou não.

### Legitimidade

O ministro do TCU também destacou no relatório que

Divulgação/TCU



Relatório entregue à ministra Tebet, do Orçamento, traz ressalvas

empresas lucrativas e grandes distribuidoras de dividendos, como a Petrobras e a Vale lideram lista de empresas beneficiadas com a renúncia fiscal da União, de R\$ 29,5 bilhões e R\$ 19,2 bilhões, respectivamente. Em 2023, a petrolífera distribuiu R\$ 98 bilhões em dividendos aos acionistas, e a siderúrgica, R\$ 28 bilhões, que não são tributados, como na maioria dos países.

De acordo com Benito Salomão, professor do Instituto de Economia e de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o fato de o governo gastar bilhões de reais com benefícios para quem não precisam de ajuda do governo é um problema recorrente, tanto que a pauta fiscal é da “ordem do dia” do país. “Subsídios para empresas lucrativas como Vale e

Petrobras são exemplos gritantes do que acontece em todos os níveis de governo. Isso é a cara do Brasil e renunciar benefícios para quem não precisa é nossa rotina há mais de 60 anos. A grande vantagem da Constituição de 1988 é que, agora, isso passa pelo Orçamento e a gente sabe por conta da Lei de Transparência”, afirmou.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, disse que sua equipe vem trabalhando para fazer a esperada revisão dos subsídios, que somaram R\$ 519 bilhões no ano passado. “Essa renúncia é gasto, porque é dinheiro que poderia estar entrando e não está. Se nós incluirmos os benefícios financeiros, benefícios creditícios, juros subsidiados e tudo mais, nós chegamos a uma conta de R\$ 646 bilhões. Isso corresponde a quase 6% do PIB”, afirmou Tebet, lembrando que o Congresso, quando aprovou o teto de gastos, tinha se comprometido em reduzir esse percentual de 4% para 2% do PIB. “Estamos falando de revisão de gastos para requalificar, estamos falando de revisão de gastos para garantir qualidade do gasto público”, acrescentou.

## Mercado S/A



AMAURI SEGALLA  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“Empresários de diversos setores reclamam das dificuldades do país para controlar as contas públicas”

Divulgação



### André Esteves vê Brasil com otimismo

Uma voz dissonante no mar de pessimismo que tomou conta do empresariado é a de André Esteves, presidente do conselho de administração do banco BTG Pactual. Durante o FII Priority Summit, encontro internacional de líderes, investidores e executivos realizado no Rio de Janeiro, Esteves destacou vários pontos que considera positivos no país. “Temos uma economia equilibrada, baixa inflação, superávit comercial, grandes investimentos. É uma democracia consolidada”, afirmou.

### Gigante do setor de celulose, Suzano entra no mercado têxtil

A brasileira Suzano, maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, acaba de finalizar uma das investidas mais ousadas de sua história centenária: entrar com tudo no setor têxtil. A empresa comprou uma fatia de 15% da austríaca Lenzing, que se destacou nos últimos anos por usar tecnologias de produção de fibras têxteis e não tecidos a partir da celulose. Pelo acordo, a Suzano desembolsará 230 milhões de euros, ou aproximadamente R\$1,3 bilhão em recursos próprios.

## Haddad enfrenta agora desconfiança do empresariado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vive o seu pior momento no governo. Até pouco tempo atrás, as críticas vinham apenas do mercado financeiro, mas agora empresários de diversos setores reclamam das dificuldades do país para controlar as contas públicas, da confusão envolvendo a taxa de compras feitas em sites internacionais e da lambança no episódio da medida provisória 1.227/2024, que limita o uso de créditos do PIS/Cofins. Como resultado, parece óbvio que será difícil retomar a confiança do empresariado. Uma afirmação recorrente dos executivos diz que o atual governo é mais parecido com a gestão Dilma do que com os dois primeiros mandatos de Lula. Mas, convenhamos, é preciso esperar os quatro anos de administração para chegar a uma conclusão definitiva. Seja como for, comprar brigas sem sentido com o setor produtivo — como no famigerado episódio da MP 1227 — é um erro que o governo deveria evitar.

Ascom/MF



### Receitas dos clubes de futebol aumentam, mas dívidas também

No campo econômico, o futebol brasileiro é um fiasco. Um estudo feito pelo economista Cesar Grafietti, da consultoria esportiva Convocados, mostrou que a situação financeira dos principais clubes do país piorou no ano passado — e isso apesar do aumento das receitas. Em 2023, o faturamento dos 20 maiores times somou R\$ 8,8 bilhões, acima dos R\$ 7,2 bilhões de 2022. Mesmo assim, as suas dívidas líquidas dispararam, passando de R\$ 8,4 bilhões para R\$ 11,7 bilhões entre 2022 e 2023.

## US\$ 3,27 TRILHÕES

é o novo valor de mercado da americana Apple, que se aproxima da Microsoft — avaliada em US\$ 3,28 trilhões — no ranking de empresa mais valiosa do mundo

Vim aqui basicamente para dizer a vocês: escolham o Brasil. Mas, e o risco Brasil? O maior risco que vocês vão ter é querer ficar aqui”

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Aloizio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em evento para empresários e investidores estrangeiros

## RAPIDINHAS

O número de estabelecimentos que fabricam cerveja no Brasil não para de crescer. Em 2023, segundo o *Anuário da Cerveja* elaborado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, havia 1.847 produtores da bebida no país, o que representou um acréscimo de 7% versus 2022. São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais lideram a produção.

Os países ricos estão fazendo de tudo para frear o avanço dos carros elétricos fabricados na China. Ontem, a Comissão Europeia afirmou que pretende ampliar em até 38% a taxa de veículos feitos no país asiático. O argumento dos europeus é que os carros chineses contam com subsídios injustos que prejudicam os concorrentes locais.

O turismo está em alta no Brasil. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo IBGE, as atividades ligadas ao setor cresceram 2,3% em abril na comparação com março. Os maiores avanços foram registrados por Minas Gerais (4,9%), Distrito Federal (4,4%) e São Paulo (3,7%). O Rio Grande do Sul teve a maior queda (3,6%).

O Mercado Pago, banco digital do Mercado Livre, é a única marca da América Latina entre as 20 mais valiosas do mundo na categoria serviços financeiros, segundo ranking da consultoria Kantar. Com valor de US\$ 18 bilhões, o Mercado Pago aparece na 20ª posição. A Visa ficou em primeiro lugar, avaliada em US\$ 189 bilhões.

**CB.PODER** / Diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann destaca que o setor se empenha em superar as dificuldades para não permitir que desastres como os das cidades mineiras de Mariana e Brumadinho se repitam

# “A mineração é sustentável”

» MARINA DANTAS\*

Não existe futuro para o setor ou atividade que não aderir à sustentabilidade, é o que defende o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann. Entrevistado, ontem, no *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e TV Brasília — Jungmann acredita que a mineração está firmemente voltada a caminhos de sustentabilidade e respeito à natureza.

Frente ao cenário de desastres ambientais, o ex-ministro da Defesa do governo Michel Temer, acredita que o caminho das mineradoras está voltado para a segurança de barragens. Há três níveis de barragens no Brasil, onde os níveis dois e três apresentam problemas maiores. “Não tem nenhuma barragem, hoje, no Brasil nos níveis dois e três que tenham pessoas morando abaixo. São as chamadas zonas de auto salvamento, onde as pessoas saem todas dali”, reforça. “Além disso, existe um monitoramento por câmera e sensores 24 horas por dia. Eu posso

dizer que, hoje, a gente tem capacidade de fazer uma previsão e não repetir (os acidentes de) Mariana e Brumadinho, que, de fato, foram tragédias terríveis e que o setor se empenha em superar e não permitir que elas voltem a ocorrer”, adiciona o diretor.

### Futuro da mineração

Raul Jungmann reitera que o país tem um passaporte para o futuro que precisa ser aproveitado. “Mas para isso precisa de políticas voltadas para o setor, porque aí vamos contribuir não só para nosso saldo comercial, geração de empregos e impostos, mas para a própria humanidade”, acrescentou.

“O Brasil tem a matriz energética mais renovável do mundo”, recorda, apontando que não há transição para uma economia de baixo carbono se não contarmos com os minerais críticos, que são aqueles que servem para fazer a bateria de carro elétrico, aerogerador, placa voltagem.

“Não se consegue sair dessa situação que nos preocupa

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Diretor do Ibram, Jungmann diz que não há transição energética sem a utilização da mineração

e que gera os eventos extremos como a gente teve no Rio Grande do Sul sem esses minerais. O Brasil tem um enorme

potencial, mas ele precisa de um rumo em relação a isso, porque o mundo inteiro está querendo isso”, analisa o diretor.

Jungmann também criticou a medida provisória que propunha mudanças na compensação de PIS/Cofins, devolvida pelo

“Eu posso dizer que, hoje, a gente tem capacidade de fazer uma previsão e não repetir Mariana e Brumadinho”

Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

Congresso Nacional. “A medida provisória foi um raio em céu azul, pegou todos de surpresa no meio do ano, com suas programações, metas. Foi extremamente negativo e gerou uma coisa que me chamou a atenção: uma coalizão muito grande e forte entre a gente, empresariado, e a política. Cabe ao governo, agora, repensar a sua estratégia”, comentou.

\*Estagiária sob supervisão de Edla Lula

## PETRÓLEO

# Lula quer Margem Equatorial

» RAFAELA GONÇALVES  
» VÍCTOR CORRÊIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Em participação no Fórum de Investimentos Prioridade 2024,

realizado pelo Instituto da Iniciativa de Investimentos Futuros (FII Institute), da Arábia Saudita, o petista afirmou que é necessário um debate técnico sobre o tema, mas exaltou as potencialidades da área, vista como o “novo pré-sal”.

“A hora que começarmos a

explorar a chamada Margem Equatorial, eu acho que a gente vai dar um salto de qualidade extraordinário. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo. Mas nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse

país crescer”, disse o chefe do Executivo, na abertura do evento.

A Margem Equatorial abrange uma área que vai da costa marítima do Rio Grande do Norte à do Amapá, se estendendo da foz do Rio Oiapoque ao litoral norte do Rio Grande do Norte, e engloba as bacias hidrográficas da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Ambientalistas reprovam a exploração da

área devido aos riscos para a biodiversidade da região. O governo, no entanto, defende que a bacia pode ser explorada de forma sustentável.

Segundo Lula, “o problema é que no Brasil tudo é polemizado”. “Você tem petróleo em um lugar, a Guiana está explorando, Suriname está explorando, Trinidad e Tobago explora, você vai deixar o seu sem explorar? O que nós precisamos é garantir que a questão

ambiental seja levada 100% a sério. Então, isso nós vamos garantir e, por isso, vamos conversar muito sobre isso”, afirmou.

Ele deixou claro que não vai “jogar fora” essa oportunidade, o que representa a derrota da ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudanças Climáticas) — que se manifestou contrariamente à exploração por ser na Foz do Amazonas — no debate dentro do governo.





## ARGENTINA

Luis Robayo/AFP



Argentino fantasiado com a máscara de Guy Fawkes diante de automóvel de uma rádio incendiado

Luis Robayo/AFP



Agente dispara contra os opositores de Milei presentes no protesto: balas de borracha e gás lacrimogênio

Tomas Cuesta/AFP



Vista aérea do prédio da região do Congresso Nacional com coluna de fumaça escura

Luis Robayo/AFP



Homem permanece alheio à confusão, diante de carro em chamas: cena insólita

# Campo de batalha no coração de Buenos Aires

Manifestantes avançam contra barricadas para se aproximarem do Congresso, enquanto senadores debatem pacote de reformas polêmicas de Javier Milei. Polícia reage com violência. Governo denuncia tentativa de "golpe de Estado"

» RODRIGO CRAVEIRO

Parecia mais um campo de batalha. De um lado, manifestantes armados de paus e pedras. De outro, policiais usavam canhões d'água, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha na tentativa de conter a multidão em fúria. O caos se instalou do lado de fora do prédio do Congresso, no coração de Buenos Aires, enquanto senadores debatiam um megapacote de reformas considerado crucial para o presidente ultraliberal Javier Milei, dois dias depois de ele completar seis meses de governo.

Na noite de ontem, o gabinete de Milei divulgou nota nas redes sociais em que "felicitava as forças de segurança por sua excelente ação, ao reprimir os grupos terroristas, que, com paus, pedras e até granadas, tentaram um golpe de Estado, ao atentarem contra o normal funcionamento do Congresso da Nação Argentina".

Em discurso durante uma conferência do Instituto Cato e da Fundação Liberdade e Progresso, intitulada "O renascer da liberdade na Argentina e no mundo", Milei falou sobre os incidentes violentos. "Não descartem a metodologia de jogar mortos nas ruas", advertiu. "Esperamos seguir com o êxito que temos obtido e ter dois mandatos, para começar a era liberal", acrescentou,

ao admitir que buscará a reeleição.

Segundo o jornal argentino *Clarín*, a manifestação foi organizada por entidades de esquerda e por movimentos grevistas. Até o fechamento desta edição, 29 pessoas tinham sido detidas. O tumulto teve início quando os manifestantes tentaram vencer as barricadas montadas para isolar o Congresso. A polícia repeliu o avanço com violência, o que provocou a fúria da multidão. Pedras foram arremessadas contra os policiais. Dois carros acabaram incendiados nas imediações da sede do Legislativo — entre eles, um da rádio Cadena 3.

Cinco deputados peronistas (da oposição) participavam da manifestação e precisaram ser hospitalizados, depois de serem atingidos pelo gás lacrimogêneo: Eduardo Valdés, Carlos Castagnetto, Leopoldo Moreau, Juan Manuel Pedrini, Carolina Yutovic e Luis Basterra. Ao menos 20 policiais ficaram feridos.

Em pauta, os senadores tratavam da Lei de Bases, texto de 238 artigos e versão reduzida em um terço da Lei de Omnibus que fracassou durante a votação em fevereiro, na Câmara. Entre outras medidas, a Lei de Bases amplia os poderes de Milei, ao delegar atribuições do Legislativo ao Executivo, estabelece incentivos para grandes investimentos durante três décadas e privatiza empresas públicas.

Tomas Cuesta/AFP



Manifestantes entram em confronto com a polícia de choque diante do prédio do Legislativo: tensão social

"É um dia muito violento, em 40 anos de democracia nunca vi uma repressão assim", afirmou a deputada opositora Cecilia Moreau à agência France-Presse (AFP). A previsão era de que o debate se estendesse até a madrugada de hoje. O senador opositor Mariano Recalde admitiu

que a reforma trabalhista prevista pela Lei de Bases "retorna ao século passado, quando o funcionário não tinha nenhum direito trabalhista; não resiste à análise constitucional e vai gerar conflito e litigiosidade".

"O governo Milei está disposto a enfrentar qualquer custo político

da repressão, pois precisa da aprovação da Lei de Bases", explicou ao *Correio* Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidade de Buenos Aires (UBA). Ele não acredita que a violenta repressão impactará negativamente o eleitorado duro de Milei. "Quem votou no atual presidente pede lei

e ordem. Entre os eleitores linha-dura de Milei, é possível que até alguns usassem paus para espancar os manifestantes", ironizou.

### Negociações

Sonia Ramella, especialista em participação cidadã e cientista política da Universidad del Salvador (em Buenos Aires), disse à reportagem que trabalhava, ontem, a oito quadras do Congresso. "Via-se que seria um dia muito pesado e difícil. Havia muita gente com bandeiras e coletes. Sabíamos que a situação seria complicada", comentou. "A votação estava praticamente empatada e é possível que Milei aprove o texto. O desempate caberia a Victoria Villaruel, vice-presidente da Argentina. Em relação às consequências políticas, é complicado projetar o que ocorrerá depois da votação e da repressão. O governo de Milei é minoritário e conta com apenas sete senadores. Por isso, precisou fazer negociações."

A estudiosa lembra que não é a primeira vez que a Argentina testemunha cenas de violência em manifestações. "Durante o governo de Mauricio Macri, quando leis de ajuste foram votadas, houve situações similares. Não há como medir, de forma real e tangível, a tradução desses incidentes de hoje (ontem) em apoio a Milei", disse Ramella.

## ORIENTE MÉDIO

# ONU acusa Israel e Hamas de crimes de guerra

Uma comissão de inquérito da Organização das Nações Unidas (ONU) chegou à conclusão que Israel e sete facções armadas palestinas, entre elas o Hamas, cometeram crimes de guerra desde 7 de outubro. Ao mesmo tempo, acusou as forças israelenses de crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza, em particular de "extermínio" — além de citar assassinatos, perseguição de gênero contra homens e meninas palestinos; transferências forçadas, atos de tortura e tratamentos desumanos e cruéis. Israel boicotou o trabalho de investigação da comissão, criada em maio de 2021.

Meirav Shahar, embaixadora de Israel nas instituições da ONU em Genebra, denunciou uma "discriminação sistemática" contra o Estado hebreu. Por meio de um comunicado, ela disse que a comissão "demonstrou, mais uma vez, que suas ações estão todas a serviço de uma agenda política focada contra Israel".

Também em nota, a sul-africana Navi Pillay — considerou "imperativo" que todos os que cometeram crimes sejam

### Palestinos caminham por rua destruída em Khan Yunis, no sul da Faixa de Gaza

responsabilizados. De acordo com ela, a única forma de encerrar os ciclos recorrentes de violência no Oriente Médio, incluindo as agressões e as represálias de ambos lados, é a garantia do respeito estrito do direito internacional.

Pillay chegou à comissão depois de atuar como Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, presidente do Tribunal Penal Internacional para Ruanda e juíza do Tribunal Penal Internacional (TPI). Ela exigiu de Israel "o fim imediato das operações militares e dos ataques em Gaza" e cobrou das facções palestinas a imediata interrupção dos lançamentos de foguetes e a libertação de todos os reféns. "A tomada de reféns constitui um crime de guerra", enfatizou.

A comissão concluiu que Israel cometeu também crimes de guerra, ao utilizar a fome como arma, ao atacar

Eyab Baba/AFP



intencionalmente os civis, e perpetrar violência sexual, torturas e transferências forçadas. Por sua vez, o Hamas e os outros grupos palestinos foram acusados de ataques contra civis, assassinatos e tortura. No dia da divulgação do relatório da comissão, o Hamas pediu que os Estados Unidos pressionem Israel para firmar um cessar-fogo permanente.

Morador de Khan Yunis, a 9km de Rafah, Khalil Abu Shammala, 53 anos, contou à reportagem que

a vida em Gaza "vai de mal a pior". "Israel usa todos os tipos de armas para nos matar. Caças e tanques destroem tudo. Não temos comida, porque os israelenses fecharam os acessos a Gaza", relatou. "Mais de 10 mil palestinos foram infectados com a hepatite, em meio à poluição da água e dos alimentos e às condições precárias de moradias. Todos os dias você enfrenta um novo tipo de vida." Abu Shammala lembra que a comunidade internacional, incluindo o Conselho de Segurança da ONU

### » Hezbollah amplia ataques

A guerra em Gaza, que entrou em seu nono mês, também provocou um aumento das tensões na fronteira de Israel com o Líbano. O Exército israelense anunciou que cerca de 150 foguetes foram lançados do Líbano em direção a Israel na manhã de ontem, depois que um bombardeio israelense matou um comandante do Hezbollah, na véspera, no sul libanês. Alguns foram derrubados e outros atingiram Israel, provocando incêndios, indicou a mesma fonte, que não relatou vítimas. Depois que o Hezbollah reivindicou os disparos de "dezenas de (mísseis) Katyusha e de mísseis teleguiados", o comandante do comitê executivo do grupo, Hashem Safieddin, afirmou que o movimento vai "aumentar as operações em intensidade, potência, número e qualidade".

e o Tribunal Penal Internacional (TPI), tomou várias decisões em prol dos palestinos. "Mas fracassou, ao não implementar o mínimo dessas decisões, e se mantém em silêncio, apoiando a ocupação israelense."

### Fome

Ex-diretor executivo da Human Rights Watch (HRW) e professor da Faculdade de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Princeton, Kenneth Roth afirmou ao *Correio* que os crimes de guerra perpetrados por

Israel prosseguem até os dias de hoje. "Eles incluem a estratégia de fome, pela qual o TPI tem emitido mandados de prisão, assim como os bombardeios desproporcionais e indiscriminados, principalmente durante o resgate dos reféns", exemplificou. Para ele, a descoberta de que essas violações também constituem crimes contra a humanidade fala por sua natureza sistemática. "Não são delitos isolados de soldados de baixa patente. Fazem parte das regras de engajamento autorizadas por altos funcionários israelenses." (RC)

## VISÃO DO CORREIO

# Cartão vermelho para os brigões

O plenário da Câmara aprovou, no fim da tarde de ontem, o Projeto de Resolução (PRE) 32/24, que permite a Mesa Diretora propor ao Conselho de Ética “afastamento cautelar”, por até seis meses, do mandato de deputado federal acusado de quebra de decoro parlamentar. Embora a medida estivesse prevista desde 1995, ontem deixou de ser uma decisão exclusiva da Mesa Diretora e do presidente da Câmara. Agora, a punição será decidida, em última instância, pelo plenário. A nova medida busca conter os ânimos de parlamentares que, sem capacidade de diálogo e argumentos convincentes, apelam à violência a fim de fazer prevalecer seus pontos de vista.

A providência chega atrasada, uma vez que os entreveros entre deputados têm sido constantes e alimentados pelos extremismo ideológico que divide a sociedade brasileira há anos. São cotidianas as agressões verbais e até físicas entre deputados nos embates tanto no plenário quanto nas comissões temáticas. Os protagonistas recorrem a expressões chulas, descabidas, que afrontam os cidadãos e o Legislativo, tornando insalubre o espaço em que a ética, a boa educação e o respeito deveriam prevalecer.

Deixando a civilidade de lado e com seus inseparáveis celulares, parlamentares gravam as desavenças

e as exibem ao eleitorado por meio das plataformas digitais — até mesmo em tempo real. Dependendo do número de acessos, pouco importa se os comentários são positivos ou negativos, o deputado ainda lucra com a monetização da sua página virtual. “Falem bem ou mal, mas falem de mim” é jargão que se transformou em lema entre muitos que buscam visibilidade a qualquer custo, parecendo deixar de lado a função a que lhes é de obrigação: legislar.

Na defesa de interesses inconfessáveis, deputados, de modo geral, aproveitam da imunidade parlamentar para se agredirem e também violentam a Carta Cidadã e o povo brasileiro. A homofobia, a transfobia, a misoginia, o racismo, a aporofobia e tantos outros preconceitos fazem parte dos discursos conservadores que atacam eleitores imprópriamente considerados diferentes e párias da sociedade.

Tais episódios também merecem atenção dos dirigentes da Câmara e do Senado. A representatividade dos líderes desses segmentos minoritários dentro do parlamento se tornou imprescindível para conter retrocessos, bem próprios dos que apostam na violência para virar a chave. Também é essencial que as novas regras para conter os ânimos dos parlamentares brigões sejam de fato cumpridas, não caindo no limbo das jogadas populistas.



**CIDA BARBOSA**  
[cidabarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidabarbosa.df@dabr.com.br)

## Contra a pólio, só a vacina

A poliomielite, também chamada de paralisia infantil, foi eliminada do Brasil há mais de 30 anos. Uma vitória da vacinação, porque, no país que se tornou exemplo para o mundo em imunização, país ou responsáveis atendiam a cada chamamento das autoridades de saúde e levavam as crianças para receber as doses. Alcançávamos os 95% de cobertura vacinal, patamar estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nos últimos anos, porém, passamos a ficar longe desse índice, o que abre brecha para o retorno do vírus da pólio. A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), inclusive, colocou o Brasil na relação de países que correm o risco de ter a reintrodução da doença. Entre as sequelas da enfermidade — conforme lista o Ministério da Saúde —, estão crescimento diferente das pernas, o que faz com que a pessoa manche e incline-se para um lado, causando escoliose; paralisia dos músculos da fala e da deglutição, provocando acúmulo de secreções na boca e na garganta; dificuldade de falar; atrofia muscular e

paralisia permanente de braços e pernas. Não há cura. Mas há prevenção. E a única prevenção é a vacina.

Como o último caso registrado no Brasil foi em 1989, muita gente ignora a ameaça e negligência a imunização. Junte-se a isso a ação sistemática do movimento antivacina, as fake news e o péssimo exemplo de agentes públicos negacionistas, temos o cenário perfeito para a volta da poliomielite, que, até os anos 1980, vitimava crianças. O risco ainda existe porque o poliovírus persiste em algumas partes do mundo.

A Campanha de Vacinação contra a Pólio, que começou em maio, prossegue até amanhã. Pais ou responsáveis, levem as crianças menores de 5 anos a uma unidade de saúde para receberem essa proteção, que dura pela vida toda. Se não tiverem a caderneta, não tem problema. Basta um documento de identificação. Caso percam o prazo da campanha, podem ir outro dia. O importante é não deixar meninos e meninas vulneráveis a essa doença ameaçadora, mas prevenível.

## DIA DO TURISTA



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

### Ferrovias

O abandono das ferrovias brasileiras é um escárnio. Do norte ao sul do Brasil, as ferrovias estão abandonadas, juntando lixo, grama e formiga. Poderiam transportar passageiros entre as localidades ao longo das vias férreas. A população residente ao longo dos trilhos depende de ônibus com horários limitados, estradas esburacadas, consumindo pneus e óleo diesel. Em um veículo ferroviário, os passageiros ainda desfrutam de paisagens deslumbrantes, com bela vegetação, pontes, viadutos e túneis. Ao contrário da Europa, o Brasil ignora e negligencia o turismo ferroviário. As empresas privadas que exploram as linhas férreas não querem nem ouvir falar em Railbuss, o ônibus ferroviário, muito comum na Europa e alguns países vizinhos. O Chile e a Argentina são bons exemplos. Para a equipe do governo que cuida das ferrovias, isso é palavra.

» **Luis Cesar Santos**

Asa Sul

### Netanyahu

A crueldade ganha escala cada vez mais intensa na batalha insana de Israel contra os palestinos. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu mantém a guerra por interesse pessoal de destilar o seu ódio contra um povo cujo extermínio é o seu maior interesse. Netanyahu é um ser desumano, movido pela insensatez e pela ira. O que vem ocorrendo no Oriente Médio é o equivalente ao Holocausto, do qual os judeus foram vítimas. Netanyahu incorpora o mesmo espírito de Hitler, o algoz insano do povo judeu. Diante de tantas calamidades que assolam os povos do mundo, o primeiro-ministro é um homem perverso e covarde, possuído por uma desumanidade tal qual a de Hitler. O povo judeu deveria se envergonhar de ter um primeiro-ministro desse quilate tão nocivo à humanidade.

» **Maria Guadalupe Aroeira**

Lago Norte

### Mourão

Infeliz, para dizer o mínimo, a declaração do senador Hamilton Mourão dizendo que a fuga do país dos condenados pela baderna do 8 de janeiro foi porque eles não acreditam na Justiça brasileira. E ainda faz um apelo para que o governo argentino dê asilo político a esses baderneiros que prepararam as sedes dos Três Poderes da República naquele nefasto dia. Como é que pode uma declaração dessas, que atenta contra a Justiça brasileira, sair da boca de um senador da República e general da mais alta patente do nosso Exército, na contramão do que jurou como soldado — de “dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida”? Já está provado que existem pessoas que envelhecem, mas não amadurecem. Lamentável!

» **Paulo Molina Prates**

Asa Norte

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

### UFC pra quê? A Câmara dos Deputados tem briga todo dia, e é de graça.

**Abraão Ferreira do Nascimento** — Águas Claras

### Pablo Marçal pede segurança à Polícia Federal. Cadê o Estado mínimo?

**Ana Costa** — Ceará

Há 10 anos, a gente celebrava o início da Copa do Mundo no Brasil. Perdemos e, até hoje, tem obra para o campeonato de futebol que não foi finalizada.

**Eduardo S. Melo** — Candangolândia

A educação a distância é uma poderosa facilitadora para pessoas com dificuldades de acesso ao ensino presencial, seja por dificuldades de transporte, tempo e até de segurança. Entretanto, o governo tem criado dificuldades, impondo exigências presenciais em vez de modernizar o processo. A EaD é uma tendência mundial.

**Marcos Gomes Figueira** — Sudoeste

Técnicos da educação se reúnem com o governo e falam em “avanços históricos” na negociação. Mas se a greve continua, não tem avanço!

**Fábio E. Lima** — Brasília

Decreto prevê ParCão em todas as regiões administrativas do DF. Não tem parquinho nem para as crianças, quem dirá para os cachorros!

**Luana Alves** — Brasília

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

**Valda César**  
Superintendente de Negócios e Marketing

### VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 4,00 R\$ 6,00

### Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

\* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

### Anuncie

**Publicidade:** (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
**Publicidade legal:** (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
**Classificados:** (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

### ASSINATURAS \* SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES  
(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

### DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia  
Atendimento personalizado para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [datapress@dabr.com.br](mailto:datapress@dabr.com.br) Site: [www.datapress.com.br](http://www.datapress.com.br)

# A interdisciplinaridade e a transformação necessária no ensino superior

» CLAUDIA AZEVEDO-RAMOS

Professora titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Diretora no Serviço Florestal Brasileiro (2006-2014)

» PAULO ARTAXO

Professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Centro de Estudos Amazônia Sustentável

» MERCEDES BUSTAMANTES

Professora titular do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB)

O caráter sistêmico dos problemas induzidos pelas sociedades humanas em várias dimensões resulta em desafios locais e globais cada vez mais complexos. A educação e a ciência são demandadas para prover novos caminhos e abordagens. O mundo do trabalho também passou a exigir profissionais mais versáteis, orientados à resolução de problemas desafiadores.

As instituições de ensino superior fundamentadas em disciplinas são desafiadas a aprimorar seus modelos educacionais em direção a maior interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. O termo “competência interdisciplinar” refere-se à capacidade de pensar criticamente sobre as limitações das disciplinas individuais, resolver problemas complexos que abrangem múltiplos campos e se comunicar de forma eficaz com equipes diversificadas. A aprendizagem transdisciplinar, que integra de forma significativa diversos conhecimentos e perspectivas de representantes de outras instituições sociais, contribui para o desenvolvimento de uma compreensão integradora. Fomentar essas competências pode preparar os estudantes a abordar problemas do mundo real de forma mais eficaz e dar as respostas que a sociedade clama.

Por exemplo, lidar com as mudanças climáticas e suas consequências, como a tragédia do Rio Grande do Sul, ou enfrentar crises de saúde pública, como pandemias, requer contribuições das ciências ambientais, economia, sociologia, medicina, engenharia, políticas públicas, entre outras. No entanto, cada uma delas é apresentada, em geral, em suas fronteiras disciplinares e, na maioria das vezes, de forma isolada em prédios diferentes das instituições. Nesse sentido, os estudantes de hoje, que serão os profissionais de amanhã, têm muitas dificuldades de vislumbrar e analisar o contexto geral e, a partir dele, desenvolver soluções transformadoras e integradoras.

Os novos desafios impostos requerem, além de pessoal qualificado, conexão com as demandas de realidades diversificadas em um país com as dimensões do Brasil. As instituições de ensino superior e pesquisa precisam avançar ainda mais na interação com demandas prementes da sociedade. A cultura de aprendizagem não limitada por silos disciplinares está diretamente alinhada com o que deveriam ser as “habilidades do século 21” — pensamento crítico e integrador, resolução de problemas, comunicação, colaboração, criatividade e inovação. Além disso, incentiva a consciência crítica sobre sustentabilidade e questões éticas, promovendo uma mentalidade socialmente mais comprometida. É um erro comum considerar que a inter e a transdisciplinaridade obstam a formação tradicional especializada. Ao contrário, elas integram



de forma significativa diversos conhecimentos e perspectivas, contribuindo para o desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente e necessária para enfrentar desafios complexos.

Entretanto, integrar campos de conhecimento em novas abordagens continua sendo um enorme desafio. Na falta de modelos pedagógicos consolidados, há espaços para experimentação de modelos próximos a nossa realidade. Há meios diversos para gerar domínios disciplinares interligados, como cursos integrados, projetos inter e transdisciplinares, centros especializados, entre outros. De toda forma, integrar desafios práticos, que partem de demandas reais da sociedade, costuma ter bons resultados ao possibilitar aos professores e estudantes maior experiência com a resolução de desafios cuja solução não se concentra em um único campo do conhecimento.

As agências de fomento para educação e pesquisa podem ser chaves nessa promoção junto às instituições de ensino superior. No entanto, o incentivo requerido vai além do financiamento. Exige uma mudança de paradigma. Ampliar os horizontes de nossos estudantes e apoiar seu desenvolvimento pessoal têm o potencial de alavancar impactos transformadores em direção à construção de modelos sustentáveis, justos e equitativos. Não existe separação disciplinar quando procuramos soluções concretas e eficientes para questões sociais, econômicas ou de sustentabilidade.

Em um mundo em que os problemas raramente se limitam a um campo de estudo, o impulso para a educação superior com base na inter e transdisciplinaridade não é apenas uma tendência. É uma necessidade do nosso tempo, que requer práticas e conteúdos diferentes das atuais.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## A nova realpolitik imposta pela direita

Com a quase certa eleição do conservador Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos e, agora, com o avanço esmagador da direita nas eleições para o Parlamento Europeu — tudo isso sem contar com a vitória do também direitista Javier Milei na Argentina —, o governo brasileiro terá obrigatoriamente que reorientar suas ações caso queira manter uma relação política mais saudável com o restante do continente, com os Estados Unidos e com a Europa.

As mudanças no matiz ideológico em muitos países levam analistas políticos a admitirem que o mundo vive uma onda global rumo à direita, sendo que esse verdadeiro maremoto está apenas em sua fase inicial. Isso significa que essas mudanças trarão, entre outras coisas, um novo modelo de relação entre os países.

Talvez, a mais significativa alteração aconteça nas relações econômicas, com o retorno do pragmatismo do laissez-faire ou do liberalismo, com todas as suas vertentes. A renovação do Parlamento Europeu poderá, em médio prazo, provocar impactos significativos nos mercados internacionais, embora, nesse momento, as relações com a América Latina e o Brasil ainda não devam ser afetadas. Mais uma coisa é certa: os resultados da eleição na Europa afetarão, sem dúvida alguma, o modo como o Mercado Comum Europeu interage com o continente latino-americano. Em síntese, o que se espera é que essa nova configuração política do Parlamento Europeu, juntamente com as eleições americanas vindouras, traga bons frutos para nosso país.

A saída para o atual governo, caso não queira se isolar ainda mais do mundo democrático, é buscar guardida junto ao velho Centrão, deixando de lado os arroubos ideológicos. O que se descortina no mundo Ocidental é o retorno triunfal da velha e conhecida realpolitik — ou seja, a diplomacia política alicerçada em considerações de cunho prático, no verdadeiro interesse nacional. A verdade é que, no plano internacional, a mudança que vem ocorrendo a cada eleição para o Parlamento Europeu trará mudanças sobretudo nas relações do Velho Continente com a emergente China.

É nesse polo que estarão, talvez, as mais importantes mudanças de rumo. Com a economia chinesa montada sobre os trilhos da ideologia do Partido Comunista Chinês, com suas já sabidas pretensões de abocanhar o mundo por meio da chamada Rota da Seda, as relações da Europa com o Oriente devem ser repensadas. Para os que estão, hoje, confortavelmente instalados no poder, todo e qualquer movimento feito pela direita é logo taxado de extremista. Assim, a chegada dessa força política ao Parlamento Europeu foi logo atribuída à extrema direita.

O que está em jogo, com essa reviravolta — que, diga-se de passagem, vem da vontade popular livre e soberana — é o começo do fim das esquerdas no poder em boa parte do mundo civilizado. O que resta agora dessa ideologia no controle de alguns países se resume a governos nitidamente ditatoriais, opressores e sem rumos claros para a concretização de metas simples, como o Índice de Desenvolvimento Humano. Países controlados hoje por forças de esquerda mantêm suas populações na pobreza, pois servem-se dessa condição para se perpetuar no poder. Uma coisa é o que a realidade imposta pela vontade popular quer de fato. Outra coisa é o que se pressama em analisar aqueles que já estão com saudades dessas mudanças e com medo do que ela trará.

Com a possível eleição de Trump e a guinada à direita do braço legislativo do principal bloco econômico do planeta, os embates entre China e Ocidente podem ser ainda mais acirrados, o que, de forma indireta, pode favorecer também o agronegócio brasileiro, principal protagonista dos superávits do país. O que se sabe, até agora, é que os superávits surpreendentes nas finanças da Argentina, algo até pouco tempo inconcebível, é obra da direita no poder, e isso é motivo de ciúmeira por parte do atual governo do nosso país, principalmente quando se sabe que a economia do Brasil está rumando para o abismo fiscal com uma dívida interna podendo, facilmente, ultrapassar a casa dos R\$ 7 trilhões.

Com a guinada à direita em muitos países, vai ficando cada vez mais difícil ao governo brasileiro seguir com a manobra de isolar a direita em nosso país. As previsões, caso as eleições transcorram na paz e na ética, são de que o próximo Legislativo nacional seja majoritariamente conservador. Em nosso caso, é preciso observar ainda que a construção de pontes entre o Executivo e o Legislativo vai ficando cada vez mais difícil, obrigando o Palácio do Planalto a ter que recorrer ao Judiciário, onde parece contar com uma insólita maioria a seu favor.

### » A frase que foi pronunciada:

“A escuridão é covarde. Acenda uma pequena luz, e ela fugirá apavorada.”

Provérbio judaico

### Imperdível

» Amanhã, às 19h30, a Academia de Letras e Música do Brasil realizará, no auditório do Departamento de Música da UnB, o recital semestral com entrada aberta e franqueada ao público. Dib Francis, membro da academia e agitador cultural, vai tocar piano com a mestra dos tempos de UnB Elza Gushiken. Norma Parrot, do violoncelo, completa o trio. Outra presença importante é de Alexandre Romariz. Um engenheiro que toca piano para se divertir. Alexandre interpretará obra de Debussy acompanhado por Ariadne e Marcelo Salles.

### » História de Brasília

Custa crer que o almirante Lucio Meira esteja trabalhando contra Brasília, mas se for mesmo o caso será o contrário. Ele saberá o que está acontecendo, e tomará providências. (Publicada em 10/4/1962)

## O momento de inclusão nas campanhas de prevenção ao câncer

» LUIZ FELIPE DE CAMPOS-LOBATO

Cirurgião coloproctologista e professor-adjunto de cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB)

A última semana foi marcada pela Marcha do Orgulho Trans e pela Parada do Orgulho LGBTQ+, eventos que celebram a diversidade e a busca por igualdade de direitos para essas populações. De acordo com uma pesquisa de 2021 da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp), cerca de 2% da população adulta brasileira, aproximadamente 3 milhões de pessoas, se consideram transgêneros ou não binária. Isso significa que uma em cada 50 pessoas no Brasil é trans ou não binária, um percentual significativo da população brasileira. Certamente, todos conhecemos alguém que é trans ou não binário. A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tendo isso em mente, precisamos repensar urgentemente nossas campanhas de prevenção ao câncer, especificamente os mais prevalentes entre homens e mulheres no Brasil: o câncer de próstata e o de mama.

A população brasileira já reconhece o Outubro Rosa. Durante o 10º mês do ano, os prédios se iluminam de rosa, e campanhas na tevê e em outdoors pelas cidades são estreladas por mulheres, chamando a atenção para a necessidade da realização do autoexame e

da mamografia. No mês seguinte, é hora das cidades se iluminarem de azul. Nas tevês, veremos debates sobre a importância de os homens deixarem de lado seu preconceito e irem ao urologista para a prevenção do câncer de próstata.

Certamente, muitas vidas já foram salvas por essas campanhas de prevenção dos tipos de câncer mais comuns em mulheres e homens. Algo extremamente louvável e que necessita ser continuado. Porém, precisa ser ampliado e modificado. Se olharmos com atenção, perceberemos que essas campanhas são exclusivamente direcionadas a homens e mulheres heterossexuais. Ou seja, ao menos 3 milhões de brasileiros que se identificam como trans ou não binários estão completamente excluídos delas.

Mulheres trans também têm próstata e necessitam realizar a prevenção do câncer, assim como os homens heterossexuais que são alvos da campanha. Segundo a Sociedade Brasileira de Mastologia, homens trans que passam por mastectomia não eliminam completamente o risco de câncer de mama, pois ainda podem haver tecidos mamários remanescentes que podem se transformar em câncer. Além disso, mulheres trans que fazem uso de hormônios de afirmação de gênero têm risco

de desenvolver câncer de mama devido ao estrogênio.

A exclusão dessa população das campanhas de prevenção dos cânceres de próstata e mama causa impactos que não se restringem apenas à comunidade trans e não binária, mas atinge toda a população brasileira. Afinal, o custo do tratamento de pessoas com câncer avançado é infinitamente maior do que o custo de campanhas inclusivas e bem direcionadas. E o direito à saúde é cláusula pétrea da nossa Constituição. Portanto, é indiscutível que as campanhas de prevenção ao câncer precisam ser reformuladas para incluir todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Isso pode envolver a criação de materiais específicos para a população trans, treinamentos para profissionais de saúde sobre as particularidades dessa população e campanhas públicas que abordem diretamente esses grupos.

Neste momento de visibilidade e celebração da diversidade, a Parada do Orgulho LGBTQ+ e a Marcha do Orgulho Trans nos lembram da importância de uma sociedade mais inclusiva e atenta às necessidades de todos os seus cidadãos. A saúde é um direito universal, e temos a responsabilidade de garantir que ninguém seja deixado para trás.

## Malária, de antes de Cristo AO SÉCULO 21

Cientistas avaliaram 5.500 anos de história da doença em cinco continentes. A expectativa é que as descobertas colaborem para reduzir os casos de infecção, que nos últimos anos afetaram mais de 250 milhões de pessoas, sobretudo na África

A malária é uma doença infecciosa causada por parasitas transmitidos pela picada de mosquitos *Anopheles* contaminados. A frequência é maior nos países tropicais e subtropicais. Apesar da busca pelo controle e erradicação, quase metade da população mundial vive em regiões de risco. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que a condição acometa quase 250 milhões de pessoas e mate mais de 600 mil todos os anos.

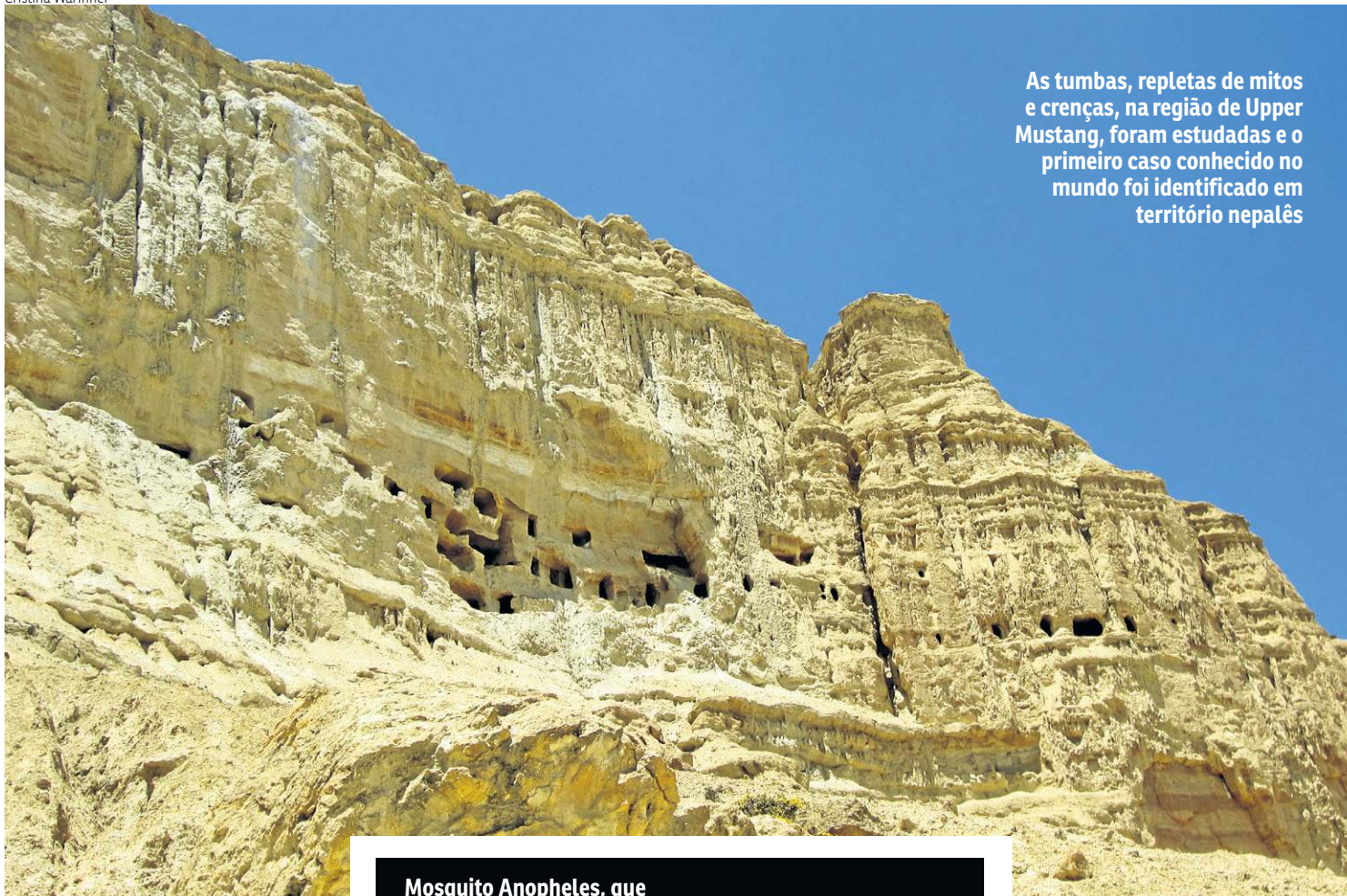
Da pré-história até os dias atuais, a malária faz parte do cotidiano das sociedades gerando uma série de efeitos, como mostra uma grande pesquisa coordenada pelo Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva, na Alemanha. Para compreender a doença, a equipe de cientistas de 80 instituições de 21 países reconstruiu dados antigos do DNA do *Plasmodium* de 36 indivíduos infectados, abrangendo os últimos 5.500 anos de história em cinco continentes.

Megan Michel, pesquisadora de doutorado no instituto e principal autora do trabalho, publicado, ontem, na revista *Nature*, afirma que o legado da malária está escrito nos genomas humanos. “Pensa-se que variantes genéticas responsáveis por doenças sanguíneas devastadoras, como a doença falciforme, persistem nas populações humanas porque conferem resistência parcial à infecção pela malária”, frisou, em comunicado. “Há apenas um século a distribuição do patógeno cobria metade da superfície terrestre do mundo, incluindo partes do norte dos Estados Unidos, sul do Canadá, Escandinávia e Sibéria”, afirmou a cientista.

### Américas

Cientistas discutem há anos se o *P. vivax*, uma malária adaptada para climas temperados, pode ter chegado através do Estreito de Bering, junto ao povoamento do continente ou viajado na sequência da colonização europeia.

Cristina Warinner



As tumbas, repletas de mitos e crenças, na região de Upper Mustang, foram estudadas e o primeiro caso conhecido no mundo foi identificado no território nepalês

Para entender a chegada dos parasitas até as Américas, os cientistas estudaram o DNA de um indivíduo infectado com a doença na Laguna de los Cóndores, região alta de floresta nos Andes peruanos. A análise revelou uma grande semelhança entre a cepa desse local e o antigo *P. vivax* europeu, sugerindo que os colonizadores a espalharam cerca de um século após o contato.

“Amplificadas pelos efeitos da guerra, da escravidão e do deslocamento populacional, as doenças infecciosas, incluindo a malária, devastaram os povos indígenas das Américas durante o período colonial, com taxas de mortalidade que chegaram a 90% em alguns lugares”, detalhou a coautora Evelyn Guevara, da Universidade de Helsinki, na Finlândia.

A equipe também verificou



Mosquito *Anopheles*, que transmite a doença atinge, sobretudo, o norte do Brasil e os países africanos

relações genéticas entre a cepa andina e as populações modernas de *P. vivax* peruanas, 400 a 500 anos depois. “Além de mostrar que ela se espalhou rapidamente para uma região que hoje é relativamente remota, nossos dados sugerem que o patógeno prosperou ali, estabelecendo um foco endêmico e dando origem a parasitas que infectam

ainda hoje pessoas no Peru”, frisou Eirini Skourtanioti, pesquisadora de pós-doutorado do instituto e coautora do ensaio.

Em 2022, foram registrados 481.788 casos de malária nas Américas, apenas o Paraguai, a Argentina, El Salvador e Belize foram classificados como países livres da infecção, pela

Organização Mundial de Saúde (OMS) — cada um deles em distintos períodos: em 2018, 2019, 2021 e 2023, respectivamente.

### Na Europa

Os pesquisadores descobriram atividades militares que participaram da propagação regional da doença do outro lado do Atlântico. O cemitério da catedral gótica de St. Rombout, na Bélgica, estava localizado ao lado do primeiro hospital militar permanente no início da Europa moderna. O antigo DNA humano e de patógenos mostrou casos locais de *P. vivax* entre a população enterrada antes da construção do hospital, enquanto os indivíduos enterrados após sua edificação foram acometidos de maneira mais severa pela *P. falciparum*.

Esses casos mais agressivos

foram vistos em pessoas do sexo masculino, que não eram do local e vinham de diversas origens mediterrâneas, provavelmente soldados recrutados no norte da Itália, da Espanha e de outras regiões do Mediterrâneo.

“Descobrimos que os movimentos de tropas em grande escala desempenharam um papel importante na propagação da malária durante este período, semelhante aos casos da chamada malária aeroportuária na Europa temperada de hoje”, ressaltou Alexander Herbig, líder do Grupo de Patogenética Computacional do instituto.

### Infecção nas alturas

A equipe identificou inesperadamente o primeiro caso conhecido de malária por *P. falciparum* em Chokhopani, no Nepal. A 2.800 metros acima do nível do mar, o local fica muito fora do habitat do parasita da malária e do mosquito *Anopheles*.

“Nem o parasita, nem os mosquitos capazes de transmitir a malária conseguem sobreviver nesta altitude. Para nós, isto levantou uma questão fundamental: como o indivíduo Chokhopani adquiriu a infecção por malária que pode ter levado à sua morte?”, questiona Christina Warinner, professora associada na Universidade de Harvard e líder do grupo.

A análise revelou que o indivíduo infectado era um homem local com adaptações genéticas para a vida em grandes altitudes. No entanto, evidências arqueológicas e outros locais próximos sugerem que essas populações do Himalaia estavam ativamente envolvidas no comércio de longa distância.

“Essas regiões são remotas e inacessíveis, mas, na verdade, o vale do rio Kali Gandaki serviu como uma espécie de autoestrada trans-Himalaia que liga as pessoas do planalto tibetano ao subcontinente indiano”, afirma o coautor Mark Aldenderfer, professor emérito da Universidade da Califórnia.

Cristina Warinner



Comerciantes e viajantes atuais na região de Upper Mustang, no Nepal

## Parasitas resistentes

O avanço no controle da doença e as campanhas de saúde pública fizeram cair o número de mortes, que chegou ao nível mais baixo na década de 2010.

Todavia, o surgimento de parasitas resistentes aos medicamentos e de vetores que

não morrem mesmo com o uso de inseticidas, o progresso contra a condição pode ser perdido ao passo que as mudanças climáticas tornam outras regiões vulneráveis à malária.

“Pela primeira vez, somos

capazes de explorar a antiga diversidade de parasitas de regiões como a Europa, onde a malária está agora erradicada”, reforçou o autor sênior Johannes Krause, diretor de Arqueogenética do Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva.

## CÉREBRO

### Memória geográfica

Do caminho para o trabalho ou para o supermercado, o cérebro utiliza mapas cognitivos armazenados nas regiões do hipocampo e do córtex entorrinal. Esses registros retêm informações sobre os espaços que você percorreu e os locais que já visitou, permitindo que tenha orientação sempre que precisar. Uma nova pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, descobriu que esses mapas mentais também são formados e ativados quando você simplesmente imagina sequências de experiências, sem qualquer movimento físico ou estímulo sensorial.

Em um trabalho com animais,

os cientistas descobriram que o córtex entorrinal contém um mapa cognitivo do que os animais experienciam ao usar um joystick para navegar por uma sequência de imagens. Esses arquivos são então ativados quando os bichos pensam nessas sequências, mesmo sem ver as imagens.

O estudo pioneiro, detalhado, ontem, na revista *Nature*, revela a base celular da simulação mental e da imaginação em um contexto não espacial através da ativação de um mapa cognitivo no córtex entorrinal.

“Os mapas cognitivos estão sendo recrutados para realizar navegação mental, sem qualquer entrada

Image by freepik



Apenas imaginar algo já direciona o pensamento e ativa as lembranças, mostra estudo

sensorial ou saída motora. Conseguimos ver uma assinatura deste mapa apresentando-se à medida que o animal passa por essas experiências mentalmente”, explicou Mehrdad Jazayeri, professor associado de ciências cerebrais e cognitivas do MIT e autor sênior do estudo.

Muitos artigos anteriores demonstraram que as representações

de localizações físicas são armazenadas no hipocampo e no córtex entorrinal. Essas informações são ativadas quando um animal se move em um espaço que já visitou antes ou durante o sono.

No novo estudo, os pesquisadores capacitaram animais para usar um joystick para traçar um caminho por meio de uma sequência

Freepik



Exame de eletroencefalograma registra a atividade elétrica cerebral

de imagens. Durante o treinamento, os animais viram apenas um subconjunto das imagens. Após aprenderem a navegar pelos pares de imagens, os bichos foram testados com novas figuras que nunca haviam visto antes.

Os resultados mostraram que os animais foram capazes de navegar mentalmente entre os novos

pares de imagens desde a primeira vez que foram testados, sugerindo a presença de um mapa cognitivo. Os pesquisadores também investigaram a atividade neural no córtex entorrinal enquanto os animais realizavam a tarefa, revelando padrões distintos de atividade associados à representação mental dos pontos de referência.

### » Entrevista | GUSTAVO ROCHA | SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO DF

O gestor destaca plano de ação que será implementado a partir de hoje para a população em situação de rua. Entre as medidas estão a capacitação e oferta de emprego por meio do Renova. Projeto é o primeiro do país

# “O foco é dar acolhimento para essas pessoas”

» NAUM GILÓ

O secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, foi o convidado do CB.Poder — parceria entre Correio Braziliense e TV Brasília —, de ontem. Na conversa com os jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, o Rocha apresentou Plano Distrital para Pessoas em Situação de Rua, que começa a ser implementado hoje. Equipes do GDF vão às ruas conversar com pessoas em situação de rua para apresentar um leque de opções de acolhimento e cursos profissionalizantes.

O secretário diz que os governos anteriores falharam ao tentar retirar essas pessoas das ruas da capital. “O foco do nosso plano é justamente o contrário: é o acolhimento dessas pessoas e dar condições para que saiam da situação em que se encontram. A grande maioria dessas pessoas não está na rua por vontade própria, mas por falta de oportunidade”, adianta o Rocha.

**Como será o plano para que as pessoas em situação de rua saiam dessa situação espontaneamente e voltem a ter uma vida mais cidadã?**

Na verdade, isso não é um problema local, do Distrito Federal, nem nacional. É um problema mundial. Principalmente depois da pandemia, houve um aumento muito grande da população em situação de rua. Ano passado, o ministro Alexandre de Moraes (STF) proferiu uma decisão e suspendeu, no país inteiro, qualquer ação visando tirar essas pessoas das ruas. Ele fez isso aguardando um plano que seria feito pelo Governo Federal. Nós nos antecipamos a essas ações e fizemos o nosso plano local. Eu, pessoalmente, fui conversar com o ministro Alexandre, ao lado do Ministério Público. Nós apresentamos um plano para ele, com a forma que nós queríamos abordar essa questão e ele concordou e nos autorizou a executá-la. Depois, fechamos um acordo de cooperação técnica com o MP e também com o Conselho Nacional do Ministério Público. A ideia do CNMP é, caso o plano funcione, que é o que esperamos, replicar no país inteiro por meio dos ministérios públicos. Foi uma articulação grande, junto ao Judiciário, Procuradoria Geral da República, Ministério Público e a Defensoria Pública para que pudéssemos apresentar esse plano e que fosse aceito por todos, o que era possível ser feito.

**Se der certo, o DF pode ser um exemplo para o país?**

Nós fomos os únicos que apresentamos, que temos a aval para poder executar, que fizemos esse termo de cooperação com o MP e com o CNMP.

**Qual abordagem vocês propõem?**

Quando a gente fala em pessoas em situação de rua, acham que devemos tirar essas pessoas da rua. O foco, principalmente dos governos anteriores, era esse, mas não davam condições para que elas saíssem efetivamente da rua. Tirava de um local e iam para outro. O foco do nosso plano, por

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Na verdade, isso não é um problema local, do Distrito Federal, nem nacional. É um problema mundial. Principalmente depois da pandemia, houve um aumento muito grande da população em situação de rua”**

isso levou um tempo para ser maturado, é justamente o contrário: é o acolhimento dessas pessoas, dar condições para que saia da situação em que se encontra. A ideia do plano é dar condições, dar possibilidade para que elas saiam da situação em que se encontram.

**Mas isso seria de que forma?**

Várias medidas foram feitas. Primeira: acolhê-las. Aumentou muito o número de vagas no acolhimento. A Sedes (Secretaria de Desenvolvimento Social) publicou edital para aumentar em mais 2 mil vagas o acolhimento noturno. Primeiro é dar local para essas pessoas ficarem, também à noite. Nunca teve e estamos fixando e elaborando essas questões. E, principalmente, o Renova, da Secretaria de Trabalho, que é um programa de sucesso aqui no DF, no qual as pessoas se profissionalizam em uma atividade. No momento em que estão fazendo essa profissionalização, recebem uma bolsa. Após o término do curso (foi publicado um decreto do governador, que reserva, regulamentando uma lei de 2018, que oferece 2% das vagas para todos os contratados do serviço público, para a população em situação de rua), muitas poderão ser contratadas. A ideia é preparar essas



pessoas, formá-las por meio do Renova e posteriormente aproveitá-las dentro das atividades desenvolvidas no DF.

**Tem um programa do governo, em parceria com as empresas de construção civil, que paga o salário das pessoas por três meses.**

Na questão do Renova, a Secretaria de Trabalho abriu um módulo exclusivo para pessoas em situação de rua. As equipes do GDF estão na rua desde a semana passada, conversando com essa população, apresentando o que pode ser feito, ofertando qualificação e a possibilidade de trabalho futuro. Estamos fazendo o cadastramento dessas pessoas para que a gente possa iniciar esse programa.

**Existe alguma medida para aqueles que estão passando por problemas de vício em drogas?**

A Secretaria de Saúde desenvolveu equipes específicas para atender as pessoas em situação de rua, por intermédio de consultórios móveis. Estão indo aos locais onde as ações serão implementadas para conversar com essas pessoas, para verem as demandas de saúde e ver qual é o melhor encaminhamento, seja para a rede de saúde, seja

para as comunidades terapêuticas que são vinculadas à Secretaria de Justiça.

**Como o senhor falou, é um problema nacional. À medida em que o DF acolhe essas pessoas, a capital tende a atrair mais pessoas. Como vocês enxergam essa possibilidade?**

Hoje, quase 50% do nosso atendimento na área de saúde vêm do Entorno. É um problema que existe e que enfrentamos. A gente não acha que isso vá aumentar por conta dessa política. Mas, caso isso aumente, vamos adequando para que possamos assumir essa demanda.

**Tem algum diagnóstico de quantas pessoas estão em situação de rua hoje, no DF?**

Pela primeira vez, foi feito um censo, em 2022. Vai ser feito outro agora, em 2024. Tinham quase 3 mil. Hoje, o número é visivelmente maior. A gente vai ter esse dado agora, em novembro.

**Muita gente reclama da violência e do uso de drogas por parte dessas pessoas e se queixam do governo. Como explicar que o governo não pode retirar essas pessoas da rua?**

Importante frisar que existe uma proibição nacional para que



**As equipes do GDF estão na rua desde a semana passada, conversando com essa população, apresentando o que pode ser feito, ofertando qualificação e a possibilidade de trabalho”**

não se faça essa retirada. Foi uma decisão do STF. Isso acarretou na sensação de que o número aumentou e não possibilitou que a gente avançasse nessas questões. Agora, com a implementação do plano, que é multidisciplinar, a área de segurança também é prioritária.

**Quais são os próximos passos?**

Fizemos fizemos duas ações-piloto, uma no Centro Pop da Asa Sul e outra em Águas Claras. Foram muito bem-sucedidas. O acordo com o MP era fazer essas duas ações e ver o que dava ou não certo e implementar ou modificar o plano. Fizemos isso. Apresentamos o diagnóstico para o MP, que fez a análise e inúmeras considerações das quais todas foram acolhidas. Isso fez com que assinássemos o termo de cooperação. A partir de amanhã (hoje), nós vamos retomar essas ações, sempre com muito cuidado, lembrando que o foco não é retirada das pessoas, e sim dar acolhimento e dar condições para essas pessoas saírem. Durante a semana passada e esta semana, as equipes do GDF estarão circulando nas regiões onde terão essas ações, conversando com as pessoas, explicando o leque de opções que o governo tem para oferecer para elas, para que elas possam sair desses

locais. A gente vai começar pelo Eixão Norte, onde há uma concentração grande por conta do Eixão do Lazer, e na Avenida das Nações. Nós não vamos em locais com concentrações maiores porque estamos indo com muito cuidado e cautela. Estamos percorrendo locais onde todos os serviços do GDF podem ser oferecidos e não faltam opções para essas pessoas. A partir disso, a gente vai ganhando corpo nas ações e aumentando os locais de atuação.

**Como lidar com as pessoas em situação de rua que não querem sair das ruas?**

Buscar a conscientização dessas pessoas, mostrar para elas a oportunidade. Nós temos casos de pessoas em situação de rua que fizeram o Renova; hoje estão profissionalizadas e trabalhando regularmente.

**Há muitas crianças em situação de rua também.**

É uma ação multidisciplinar, então os conselhos tutelares e a Secretaria de Educação atuam. É o governo inteiro atuando. O governador criou um comitê específico para isso para que todas as secretarias possam atuar em conjunto para a solução desse problema. Não é fácil, mas a gente está disposto a enfrentar.

**Essas pessoas não pagam nos restaurantes comunitários. Muita gente não sabe disso.**

São gratuitos em todos os restaurantes comunitários. Está sendo implementado em seis restaurantes café, almoço e jantar gratuitos, nos outros serão implementadas as três refeições até o ano que vem. Isso já é um sucesso, tem uma procura muito grande pela população em situação de rua. A secretária de Desenvolvimento Social, Ana Paula, está desenvolvendo um restaurante itinerante, para que possa ir nesses locais para levar o alimento para essas pessoas.

**Como ter acesso a isso?**

Basta fazer o cadastramento na própria Sedes.



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

## Abrigo para não separar pets de pessoas em situação de rua

Arquivo pessoal



Ocorreu nas enchentes do Rio Grande do Sul. Assim como lá, com os desabrigados, muitas pessoas em situação de rua, no Distrito Federal, não querem abandonar o local em que se encontram, mesmo em situação precária, se não puderem levar junto seus animais de estimação, companheiros no dia a dia. O secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, já está tomando providências para resolver essa questão. Responsável pelo plano distrital de acolhimento dessas pessoas, ele busca implantar abrigos onde elas possam passar a noite com seus cães e gatos.

### Amor por cães

O próprio Gustavo Rocha entende esse amor por animais. Ele e a mulher, a secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, são tutores de sete cães.

### Coordenador

Mais uma vez, o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, entra em campo para coordenar ações do governo do DF. Advogado bem-sucedido, ex-ministro do governo Temer, ele é o "bombeiro" da gestão de Ibaneis.

### O amor está no ar...

Muitos políticos postaram seus pares nas redes sociais no Valentine's Day. O dia dos namorados é uma oportunidade para celebrar o amor.



Leila Barros e Emanuel Rego



Paula Belmonte e Felipe Belmonte



Ibaneis Rocha e Mayara Noronha



Celina Leão e Fabricio Faleiro



Fábio Felix e Leonardo Domiciano



Alberto Fraga e Lidia Lira

### Acordo para reduzir execuções fiscais

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) assinou um acordo de cooperação técnica e operacional para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas. O acordo foi assinado pelo TJDFT, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Governo do Distrito Federal (GDF) e Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). A iniciativa deve resultar na extinção de cerca de 85 mil processos. Atualmente, o DF conta com mais de 200 mil ações pendentes em duas varas de execução fiscal.

TJDFT/Divulgação



### Câmara quer legalizar propagandas irregulares

Um projeto em discussão na Câmara Legislativa regulamenta o uso de fachadas voltadas para o Eixo Monumental (Rodoviária de Brasília) em edificações do Setor Cultural Norte (SCTN), Setor Hoteleiro Norte (SHN), Setor Hoteleiro Sul (SHS), Setor Comercial Norte (SCN), Setor Comercial Sul (SCS) e Setor Cultural Sul (SCTS). Na prática, o projeto torna legal situações irregulares, contestadas pelo Ministério Público e pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O autor do projeto, presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), justifica: "A regularização das propagandas existentes é fundamental para garantir a conformidade com as normas vigentes e evitar a perpetuação de situações irregulares", explicou. É mais um caso da lei correndo atrás do fato. (Com Pablo Giovanni)

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**GOLPE** / Criminosos se passavam por atendentes da instituição financeira. Um idoso sofreu prejuízo de R\$ 107 mil. Delegado que investiga o caso alerta que bancos se negam a fazer o estorno dos valores porque prejudicados entregaram cartões voluntariamente

# Polícia fecha falsa agência bancária

» GIULIA LUCHETTA  
» PABLO GIOVANNI

Polícia da 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte) cumpriram, ontem, oito mandados de prisão e quatro de busca e apreensão em Ceilândia, Planaltina e no Novo Gama (GO) contra um grupo especializado no golpe da falsa agência bancária. De acordo com os investigadores, entre as pessoas lesadas, uma delas teve R\$ 107 mil de prejuízo com a quadrilha.

Além dos alvos, a polícia conseguiu o bloqueio de 10 contas bancárias utilizadas nos golpes. As investigações revelaram que o grupo comprava planilhas com os dados de milhões de correntistas de diferentes instituições bancárias, desde endereço residencial e números de conta corrente e de celular, até o perfil socioeconômico. A partir dessas informações, os criminosos selecionavam vítimas de maior poder aquisitivo, preferencialmente idosos, e entravam em contato por telefone se passando pela central de segurança, inclusive, simulando — no bina — o verdadeiro número do banco.

Aproveitando-se da pouca familiaridade das vítimas com as novas tecnologias, os criminosos afirmavam às pessoas que haviam sido detectadas transações fraudulen-

tas em suas contas. Induzidas ao erro, elas acreditavam que um verdadeiro funcionário do banco iria até a residência delas coletar materiais para "perícia". De posse de cartões e celulares, os golpistas realizavam saques, transferências e empréstimos fraudulentos.

As transferências e os saques eram efetuados rapidamente em caixas eletrônicos de agências no Entorno, onde parte do grupo investigado operava para evitar que as contas fossem bloqueadas antes dos débitos. A polícia obteve imagens de diversos desses saques, revelando como o delito era realizado e seus autores.

De acordo com o delegado à frente do caso, Erick Sallum, nesse tipo de golpe os bancos geralmente se recusam a reembolsar as vítimas, o que torna os idosos mais vulneráveis.

"Os bancos se negam a fazer o estorno dos valores, pois as vítimas entregaram os cartões aos criminosos. Assim, temos pessoas idosas enganadas, sendo obrigadas a suportar prejuízos e dívidas impagáveis já no fim da vida", ressaltou.

### Aluguel de contas

A investigação identificou o uso de um sistema de aluguel de contas bancárias para recebimento de dinheiro desviado. Foram mapea-

PCDF



Polícia encontrou arma com grupo investigado, que induzia vítimas a entregar cartões e celulares

dos marketplaces em redes sociais onde a compra e venda de contas correntes de qualquer instituição é uma atividade difundida.

Com o material apreendido e as informações obtidas com os investigados, a PCDF irá focar na identificação dos líderes desses sites de venda de contas bancárias e das empresas clandestinas de telefonia VoIP que estão permitindo a modi-

ficação dos bins, ajudando a disseminar esse tipo de golpe.

Devido à característica da criminalidade on-line, o delegado responsável pelo caso fez um alerta: "A polícia faz seu papel repressivo, mas a população deve redobrar os cuidados com seus relacionamentos e ações nos ambientes digitais. A ampla disponibilidade de mecanismos de IA irá

potencializar ainda mais a capacidade dos golpistas".

### Atenção

Para a advogada especializada em direito do consumidor e cível Giulia Mayrink Ghazi, as pessoas precisam estar atentas às ligações que recebem, isso porque as instituições raramente telefonam pa-

ra pedir dados bancários. "Ao fornecer certos dados pelo celular ou WhatsApp, a população fica vulnerável a esses criminosos. Na maioria das vezes, não são funcionários do banco e só querem lesar o consumidor", explicou.

"Infelizmente, a utilização de métodos on-line para atendimento ao cliente vem gerando um excesso de confiança. Muitas vezes as pessoas, já acostumadas a tratar suas questões bancárias por essas vias, acreditam na veracidade de tudo que é dito. Por vezes, criminosos utilizam número parecido com o da instituição financeira, mas às vezes com um DDD diferente. É importante estar atento e, em caso de dúvidas, entrar em contato ou ir ao banco", orientou.

### Denúncia

A PCDF alertou que a venda de contas bancárias pessoais para terceiros pode ser considerada lavagem de dinheiro e participação em crime de fraude eletrônica, com penas que variam de quatro a oito anos.

A polícia pede a quem tiver informações sobre o paradeiro de outros envolvidos com a quadrilha que os denuncie anonimamente: telefone 197 opção 0; e-mail [denuncia197@pcdf.df.gov.br](mailto:denuncia197@pcdf.df.gov.br); ou o WhatsApp (61) 98626-1197.







# VIVA SÃO JOÃO!

## NO RITMO DO FORRÓ

Com muita alegria, os músicos Deivid Rodrigues, José Wellington e Zé Carlos e os grupos Formiga da Roça, Arraiá Chapéu de Palha e Triscou Queimou animaram a redação do **Correio**

» SAMUEL CALADO

Já é são-joão no **Correio Braziliense**. Na tarde desta quarta-feira (12/6), a redação do jornal recebeu a visita do cantor brasileiro Deivid Rodrigues, do sanfoneiro José Wellington, do zabumbeiro Zé Carlos e das quadrilhas juninas Formiga da Roça, Arraiá Chapéu de Palha e Triscou Queimou. O grupo contagiou os jornalistas e demais funcionários com muita alegria e forró no pé.

O Distrito Federal tem um dos ciclos juninos mais longos do Brasil, com quase quatro meses de festividade, e, neste festejo, são os músicos e as quadrilhas que percorrem o “quadradinho” levando alegria e perpetuando as tradições nordestinas. “Eu senti uma alegria tão grande quando eles entraram. Aqueceu meu coração e encheu os meus olhos de cor, beleza, encantamento e saudade do meu Nordeste. Fiquei tão encantada que dancei forró com eles”, contou a jornalista do **Correio**, Milla Ferreira.

“A expectativa para este São João está muito alta. Estamos contando os segundos para os circuitos começarem. Fazer quadrilha junina é libertador demais. É o momento em que a gente mostra o trabalho que preparamos ao longo dos meses”, disse Jonas Fonseca, brincante da quadrilha Formiga da Roça, representante da Liga de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (Linqdfe).

A União Junina foi representada pela quadrilha Arraiá Chapéu de Palha, de Samambaia. “Vimos para mostrar que nosso movimento é o maior do Brasil, com quadrilhas em todos os estados. Mostrar que aqui em Brasília essa manifestação é forte”, disse o presidente da entidade, Joaivaldo Júnior, que também conduz a quadrilha.

A quadrilha Triscou Queimou, do Paranoá, dançou pela Federação das Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (Fequajudfe). O grupo foi fundado em 1998 e realiza um importante trabalho social, alcançando mais de 50 jovens com suas ações. “Estar aqui é bastante importante para nós da Triscou e para o

movimento. Agradecemos imensamente o espaço que o **Correio** tem oferecido aos nossos grupos”, disse Luciano Lima, presidente da quadrilha e vice-presidente da entidade.

Também esteve presente o presidente da Confederação Nacional de Quadrilhas Juninas (Conaqj), Hamilton Teixeira, que reforçou o prestígio que as juninas do DF têm. “Nunca aconteceu isso no Distrito Federal. Tanto para nós que fazemos o movimento junino, é algo histórico. Acredito que essa força que o **Correio** vem dando hoje, essa visibilidade à continuidade que sempre foi Brasília, valoriza as pequenas quadrilhas e as grandes”, ressaltou.

### Arraiás

O cantor Deivid Rodrigues, o sanfoneiro José Wellington e o zabumbeiro Zé Carlos dão aula quando o assunto é festa junina. Durante esse período, os artistas rodam o Distrito Federal e o Entorno com apresentações em arraiás, festas particulares e também nos circuitos das quadrilhas. O grupo fez a festa na redação. “Eu já acompanhava a quadrilha e, quando minha filha decidiu entrar, foi que eu mergulhei de vez. Esse é o período em que a gente percorre a capital com muito forró”, disse o cantor.

“Se não fosse o São João, o zabumbeiro não tocava. Eu vivo da zabumba e sustento minha família com este instrumento”, disse o músico Zé Carlos, que já tocou em diversas bandas do Brasil.

Com apenas dois meses de Brasília, o sanfoneiro José Wellington, nascido no Ceará, já mergulhou no ciclo junino do DF. “Toco sanfona e teclado desde os 9 anos. Do teclado para a sanfona, para poder tocar. Aqui é muito nordestino, todo lugar que eu vou. Eu não esperava, é forte”, disse ele.



Fotos: Wanderlei Pozzembom/CB/D.A.Press

### LIGA DE QUADRILHAS JUNINAS DO DF E ENTORNO (Linqdfe)

- » 1ª etapa: Ceilândia (21 a 23/6)
- » 2ª etapa: Sobradinho (5 a 7/7)
- » 3ª etapa: Paranoá (12 a 14/7)
- » 4ª etapa: Taguatinga (19 a 21/7)

### UNIÃO JUNINA

- » 1ª etapa: Recanto das Emas (21 a 23/6)
- » 2ª etapa: Gama (28 a 30/6)
- » 3ª etapa: São Sebastião (5 a 7/7)
- » 4ª etapa: Samambaia (14 a 16/7)

### FEQUAJUDFE

- » 1ª etapa: Cruzeiro (21 a 23/6)
- » 2ª etapa: Planaltina (28 a 30/6)
- » 3ª etapa: Samambaia (19 a 21/7)
- » 4ª etapa: Ceilândia (27 e 28/7)

Confira as datas e locais dos circuitos



## CULTURA

# Violas brasileiras

» NAUM GILÓ

O projeto Violas Brasileiras leva a escolas da rede pública do Distrito Federal apresentações musicais que despertam atenção para os diferentes tipos desse instrumento, que são tocados em diferentes tradições brasileiras. A intenção é trazer para a comunidade escolar, público alvo do projeto, o reconhecimento das violas menos conhecidas como instrumentos importantes no desenvolvimento cultural do Brasil.

“Algumas dessas violas são muito regionalizadas, não obtendo um alcance de conhecimento nacional expressivo por grande parte da população. Com exceção da viola caipira e da viola nordestina, a viola caçara (originária dos litorais de São Paulo e Paraná) e a viola de buriti (encontrada mais comumente no Jalapão — Tocantins e no noroeste de Minas) são praticamente desconhecidas por uma grande parcela da comunidade em geral e, até mesmo, no meio musical. O legado desses instrumentos acaba sendo encontrado apenas nas regiões onde foram criados”, explica Thiago

Ribeiro, organizador da iniciativa, realizada com recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF).

A apresentação também conta com a participação do músico João Santana, trazendo o repente junto à viola nordestina, além da mediação da arte-educadora Luciana Meireles. “Esses instrumentos são importantes porque têm impacto direto na cultura local. Essas violas são utilizadas em festas tradicionais, procissões, Folia de Reis, entre outras manifestações”, acrescenta Thiago, formado em viola de gamba na Escola de Música de Brasília (EMB) e em licenciatura em música na Universidade de Brasília (UnB).

### Na escola

O **Correio** foi ao espetáculo inicial do projeto, no Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga (Cemeit). As primeiras apresentações foram a caçara e a de buriti, tocadas por Thiago Ribeiro e Thiago Alves, também organizador da iniciativa. Cada uma chama atenção pelas peculiaridades,

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Com as violas, da esquerda para a direita, João Santana, Thiago Ribeiro e Thiago Alves, ao lado de Maria das Alembranças

### Origem

A viola veio ao Brasil com as primeiras levas de colonizadores e jesuítas. Utilizado como ferramenta na catequese, o instrumento, aos poucos, foi ganhando a cara da nova terra nas mãos de bandeirantes, tropeiros e cantadores.

seja pelo som que emitem ou pelo material de que são feitas — aspectos que revelam parte da vasta música brasileira.

O repentista João Santana levou o Nordeste para o auditório do Cemeit. O desafio foi improvisar no universo de temas sugeridos pelos estudantes: Flamengo, Vasco, guaxinim e o jogador de futebol Neymar. Os adolescentes adoraram. “É muito legal trazer um pouco de conhecimento sobre as violas brasileiras, que são de muitos tipos, representando diferentes

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Apresentação de viola caipira — a mais conhecida, por força da música sertaneja — com Thiago Alves e Thiago Ribeiro

regiões”, analisou o repentista.

Finalizando a apresentação, a dupla retornou ao palco para apresentar a viola caipira, a mais conhecida das violas, devido à popularização da música sertaneja.

O estudante da primeira série Felipe Rodrigues Costa, 16 anos, acredita que o conhecimento da própria cultura é o caminho para a superação da ignorância. “Achei espetacular. É algo fora da rotina e que deveria ter desde os anos iniciais do ensino fundamental, para as pessoas já terem esse

conhecimento enraizado. Nossa cultura é incrível”, destacou Costa.

Roberta Kamilly da Luz Pereira Schutze, 15, também do primeiro ano, ficou encantada com a viola caipira. “Lembrei dos meus avós”, disse a jovem. “Achei muito legal para saber mais sobre as outras culturas do nosso país, muita gente não as conhece”, observou.

Na próxima terça-feira, o projeto desembarca no Centro de Ensino Médio de Taguatinga (CEMTN) no Centro Educacional (CED) 02, na mesma regional.



## ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Michael Dauder/Reuters (13.6.2014)



## Nesse dia na Copa de 2014...

Há 10 anos, em 13 de junho de 2014, o centroavante Holandês Van Persie marcava uma dos mais belos gols de cabeça da história das Copas do Mundo na goleada por 5 x 1 contra a então campeã mundial Espanha, na Arena Fonte Nova, em Salvador. O peixinho cinematográfico foi o primeiro golaço daquela edição do segundo Mundial realizado no Brasil.

Brasil sofre mais gols em quatro jogos com Dorival Júnior do que na mesma quantidade de partidas do antecessor Fernando Diniz. Empate diante dos EUA no último ensaio desafia técnico a corrigir problema em 11 dias até a estreia contra a Costa Rica

# Dever de casa: arrumar a defesa



MARCOS PAULO LIMA

Brasil tem muitas pendências para a estreia na Copa América no próximo dia 24 contra a Costa Rica no SoFi Stadium, em Inglewood, Califórnia. O sistema defensivo é o maior deles. Há problemas graves traduzidos em números. A Seleção acumula seis gols sofridos em quatro amistosos no na era Dorival Júnior: três contra a Espanha, dois do México e um no empate por 1 x 1 com os Estados Unidos, ontem, em Orlando, no último ensaio antes do torneio continental. O time havia sofrido quatro com o mesmo número de partidas sob o comando de Fernando Diniz nas Eliminatórias para o Mundial de 2026. Antes, a equipe havia sido vazada sete vezes na gestão do interino Ramon Menezes.

O gol de falta marcado por Pulisic teve a colaboração do goleiro Alisson. Quem esperava Bento na posição viu o titular nas últimas duas Copas ganhar a disputa. Testado exaustivamente em chutes de fora da área, Alisson falhou na armação da barreira. O meia do Milan cobrou rasteiro no lado protegido por ele e a bola entrou no canto direito. Dois jogadores atrapalhavam a visão, mas o chute era aparentemente defensável. Os EUA iniciaram a partida testando Alisson em um chute na trave de Musah, e em uma tentativa de Pulisic abafada por Alisson.

Ofensivamente, o Brasil marcou em todas as partidas com Dorival Júnior, porém encontra muitas dificuldades na criação. A saída de bola com Danilo recuado no papel de falso zagueiro ao lado de Marquinhos e Beraldo a fim de posicionar a Seleção no 3-2-5 ainda é confusa. Lucas Paquetá não assumiu o protagonismo no meio de campo. Consequentemente, a armação das dependia dos pontas Raphinha na direita e de Rodrygo posicionado na esquerda, mas com liberdade de movimentação. Coube a Raphinha servir Rodrygo no lance do primeiro gol. O camisa

Gregg Newton/AFP



Pulisic aproveitou a falha na formação da barreira do Brasil para cobrar a falta com força no canto protegido pelo goleiro Alisson e empatou o amistoso de ontem, em Orlando

*"É sempre difícil achar o equilíbrio. Estamos em um início de trabalho, nos entrosando, nos encaixando, criando grandes chances. Agora é ter tranquilidade, nos concentrar para a Copa América"*

Rodrygo, autor do gol do Brasil contra os EUA

10 finalizou com categoria no canto esquerdo.

Ansioso para retomar as rédeas da partida e fazer o segundo gol, o Brasil foi se desfigurando no segundo tempo diante da resistência dos EUA. João Gomes deixou a formação principal devido aos erros de marcação e quatro perdas de bola. Douglas Luiz entrou no lugar dele. Paquetá também saiu para a entrada de Andreas Pereira. O meio de campo se desmanchou de vez com a troca de Bruno Guimarães por Endrick. Melhor em campo, Rodrygo deixou o Brasil pobre ao dar lugar a Gabriel Martinelli na etapa final.

A Seleção passou a ter quatro homens na linha de frente: Savinho, Gabriel Martinelli, Vinicius

Junior e Endrick. Douglas Luiz e Andreas Pereira eram os únicos jogadores de origem no meio de campo. Consequentemente, o Brasil passou a perder o controle do setor e a oferecer espaço aos EUA. Alisson se redimiou com uma defesa providencial diante de Aaronson.

Destaque da Seleção na partida, Rodrygo lamentou o resultado contra os EUA. "É sempre difícil achar o equilíbrio. Estamos em um início de trabalho, nos entrosando, nos encaixando, criando grandes chances. Agora, é ter tranquilidade, nos concentrar para a Copa América", comentou Rodrygo. "O time deles (EUA) nos colocou em dificuldade. Precisamos manter a concentração na partida inteira.

Cometemos erros de marcação, sofremos gols de falta. Precisamos ter inteligência para competir pelo sonho de conquistar a Copa América. O Brasil está no Grupo D contra Costa Rica, Colômbia e Paraguai na fase de grupos.

## Copa do Mundo

Orlando pode ser a base do Brasil na Copa do Mundo de 2026 no Canadá, Estados Unidos e México. O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, participou de um jantar com o prefeito da cidade da Flórida, Jerry Demings, e outras autoridades locais. No encontro, a entidade recebeu o convite para que o local seja o QG verde-amarelo. O

encontro foi realizado às vésperas do amistoso contra os EUA. O próximo Mundial será o primeiro com 48 seleções.

Antes da partida de ontem, Ednaldo Rodrigues confirmou em entrevista ao SporTV a intenção de escolher Porto Alegre como sede de uma partida do Brasil neste ano ou no próximo pelas Eliminatórias. A tendência é receber o Equador na capital gaúcha, em 5 de setembro, no Beira-Rio ou na Arena do Grêmio. O estádio do Internacional está em processo avançado de reconstrução do campo e larga na frente.

Sexto colocado na seletiva continental, o Brasil também visitará o Paraguai em setembro na corrida pela classificação para a Copa do Mundo de 2026.



## EUA 1

Turner; Scally (Moore), Richards, Ream e Robinson; McKennie, Musah (Adams) e Giovanni Reyna (Johnny); Timothy Weah (Aaronson), Ricardo Pepi (Bologun) e Pulisic

Técnico: Gregg Berhalter



## BRASIL 1

Alisson; Danilo, Marquinhos, Lucas Beraldo e Wendell; Bruno Guimarães (Endrick), Lucas Paquetá (Andreas Pereira) e João Gomes (Douglas Luiz); Raphinha (Sávio), Rodrygo (Gabriel Martinelli) e Vinicius Junior

Técnico: Dorival Júnior

**Gols:** Rodrygo, aos 12, e Pulisic, aos 17 minutos do primeiro tempo.

**Público:** 60.016 pagantes

**Renda:** não divulgada

**Árbitro:** Said Martínez (Honduras)

## GATTUSO

O Hadjduk Split terá o italiano Gennaro Gattuso como novo treinador para as próximas duas temporadas, anunciou ontem o clube croata em um comunicado. Gattuso, que conquistou a Copa do Mundo de 2006 como jogador da Squadra Azzurra, treinou vários times, do Milan ao Olympique de Marselha, incluindo Valencia, Napoli e Fiorentina.

## NESTA

Campeão da Copa de 2006, o ex-zagueiro Alessandro Nesta do Milan e da seleção da Itália será técnico do Monza na próxima temporada, anunciou, ontem, o clube que pertence à família Berlusconi. Nesta, de 48 anos, chega para substituir Raffaele Palladino, que levou a equipe à 12ª posição do Campeonato Italiano.

## PIRLO

A Juventus anunciou ontem a contratação do técnico Thiago Motta no lugar de Massimiliano Allegri. "É oficial. O próximo treinador da Juventus será Thiago Motta. O técnico italo-brasileiro assinou com a Juventus até 30 de junho de 2027", informou a Velha Senhora. Danilo, Alex Sandro e Bremer jogam na Velha Senhora.

## RONALDINHO

O jogador eleito duas vezes melhor do mundo realizará um jogo beneficente no Bezerrão, em 28 de julho. A informação foi publicada pelo portal GE. A entrada para o Jogo da Alegria será possível mediante a doação de alimentos não perecíveis. As arrecadações serão enviadas para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

## MESSI

Aos 36 anos, o argentino Lionel Messi, eleito oito vezes melhor do mundo, disse que pensa em encerrar sua carreira no Inter Miami, clube dos Estados Unidos com o qual tem contrato até o fim da temporada 2025 da MLS. "Hoje, acho que (o Inter Miami) será meu último clube, sim", declarou em entrevista à ESPN que iria ao ar ontem.

## EUROCOPA

Todas as decisões tomadas com ajuda do VAR serão explicadas em tempo real no estádio e para as transmissões das partidas durante a Eurocopa, anunciou o presidente do Comitê de Arbitragem da Uefa, o italiano Roberto Rosetti, em entrevista coletiva, ontem, na Alemanha. A anfitriã receberá a Escócia amanhã.





# Diversão & Arte

**ITINERÂNCIA DA  
35ª BIENAL DE SÃO PAULO  
CHEGA AO MUSEU  
NACIONAL COM UMA  
VERSÃO CONDENSADA  
DOS TEMAS QUE  
PAUTARAM A MOSTRA  
EM SÃO PAULO**

» NAHIMA MACIEL  
Quem passar pelo Eixo Monumental a partir de hoje, a depender da altura, pode se deparar com uma plantação de milho. É, na verdade, uma instalação, quase um site específico, concebida por Denilson Baniwa. De origem indígena, nascido no interior do Amazonas, o artista foi um dos destaques da 35ª Bienal Nacional da República em São Paulo, que desembarca no braço de uma itinerância que já passou por seis cidades como parte de um esforço de ampliação de

A exposição reúne obras de 13 artistas considerados emblemáticos da mostra realizada em São Paulo entre setembro e dezembro de 2023. A 35ª Bienal, aliás, é uma das mais emblemáticas das últimas décadas: duas mulheres negras, Diana Lima e Grada Kilomba, fazem parte da curadoria ao lado de Hélio Menezes, também negro, e Manuel Borja-Villel.

Diana Lima retoma o próprio título da 35ª edição — Coreografia do impossível — para refletir sobre a relevância da escola da equipe curatorial. “Acredito que este fato fez da própria curadoria do impossível uma coreografia do impossível nos ajudou como nos relacionamos desde o início com esse fato e com tudo o que ele significa em termos de uma dívida histórica nos ajudou a compreender os limites da ideia de justiça social que a exposição, de certo modo, mobiliza, mas, também, de abrir caminhos da liberação para escapar das armadilhas da representação de modo a desenvolver uma Bienal que fosse tão poética quanto política. Certamente, essa junção poderá ser vista na itinerância de Brasília”, explica a curadora.

Para a versão brasileira da 35ª Bienal, curadores escolheram artistas que reenunciam conceitos de coletividade, caso das obras de MAHKU e Zumvi Arquivo Afro Fotográfico, outros que trabalham a relação com o tempo e com a natureza, ou ainda nomes que trazem um elemento histórico importante atrelado às coreografias do possível, como Katherine Dunham e Mel-chior Maria Mercado. Na obra Kaá, de Baniwa, concebida especialmente para Brasília, ideias de compartilhamento e memória por meio do cultivo funcionam como críticas ao desenvolvimento. “É uma plantação de milho crioulo em pleno Eixo Monumental, traço de atos de partilha e produção de memória através da cultura do alimento, quanto mais uma crítica mais contundente sobre os modos de produção atuais”, explica Diana.

Com um tema que propôs trabalhar a tensão “nos espaços entre o possível e o impossível, o visível e o invisível, o real e o imaginário”, a 35ª Bienal reuniu 1.100 obras de 121 artistas. A versão que chega a Brasília retoma a temática desenvolvida pelos curadores na mostra principal. “Negociar os limites entre o possível e o impossível, mobilizando estratégias de imaginação radical e práticas que atravessam e recusa, são elementos de obras da exposição”, avisa Diana Lima.

Presidente da Fundação Bienal, Andrea Pinheiro aponta a passagem da itinerância por Brasília como uma tentativa de levar as artes visuais para públicos cada vez mais amplos. “Vemos as itinerâncias como um potencializador do diálogo entre vários campos de pensamento. Foi essa visão que levou a instituição a implementar as itinerâncias”, explica Andrea. “Ao superar barreiras geográficas, como a da própria cidade de São Paulo, criamos oportunidades para que mais pessoas experimentem e participem do cenário artístico contemporâneo, fortalecendo a sociedade e as instituições culturais no Brasil e no mundo.” Esta é a sétima edição do programa de itinerâncias, que teve início em 2011. Em 2019, Brasília recebeu a itinerância da 33ª Bienal. “A parceria com o Museu Nacional da República, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, não apenas facilita a troca de experiências entre públicos e instituições, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural”, garante Andrea. Atividades de formação dos mediadores da exposição e de educadores, além do lançamento da publicação dos mediadores, estão previstos para hoje e amanhã. Com isso, Andrea Pinheiro acredita que seja possível mobilizar professores, educadores e interessados em arte que não puderam visitar a exposição em São Paulo.

## COREOGRAFIA



Obra de Zumvi

Obras de Nikau Hinini

“Ao superar barreiras geográficas, como a da própria cidade de São Paulo, criamos oportunidades para que mais pessoas experimentem e participem do cenário artístico contemporâneo, fortalecendo a sociedade e as instituições culturais no Brasil e no mundo.”

Andrea Pinheiro, presidente da Fundação Bienal

Obra de Simone Leigh e Madeleine Hunt-Ehrlich



**35ª BIENAL DE SÃO PAULO – COREOGRAFIAS DO IMPOSSÍVEL**  
Curadoria: Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel. Abertura hoje, às 19h, no Museu Nacional da República (Setor Cultural Sul, Lote 2). De terça a domingo, das 9h às 18h30. Entrada gratuita.



Obra de Simone Leigh e Madeleine Hunt-Ehrlich

## BRASILIENSE

Fotos: Levi Fanan / Fundação Bienal de São Paulo



Flagrante de montagem da 35ª Bienal de São Paulo



Obra de Zumvi



# Legítima defesa da honra da vítima

Ana Maria Campos

Vítimas de violência, feminicídio ou outros tipos de agressões, as mulheres, muitas vezes, são mais julgadas que seus algozes. A roupa, a conduta, o número de parceiros, as relações pessoais, os cuidados com os filhos, os hábitos... tudo entra em cena quando elas são as vítimas.

Não é incomum que essas mães, profissionais, filhas, irmãs, amigas sejam mortas duas vezes. Um assassinato do corpo e outro de sua história.

Em maio, uma importante decisão unânime do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) avançou na proteção da biografia dessas mulheres. Os ministros concluíram que é inconstitucional a prática de questionar a vida sexual ou os hábitos da vítima na apuração e no julgamento de crimes de violência contra mulheres. Se os advogados insistirem nessa conduta, o processo deve ser anulado. O STF apontou que esse tipo de defesa do réu ou investigado perpetua a violência de gênero e vitimiza duplamente a mulher.

O juiz que permitir tal postura pode ser responsabilizado administrativa e penalmente. A sentença também não pode levar em conta o passado sexual da vítima quando fixar a pena do agressor ou feminicida. O entendimento foi firmado em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1107 proposta pela Procuradoria-Geral da República em que se discutiu a prática de desqualificar mulheres vítimas. Levou-se em conta que é comum que, nesses processos, os acusados, advogados, policiais, testemunhas, membros do Ministério Público e juízes façam perguntas ou considerações sobre o comportamento e os modos de vida da vítima.

Segundo o STF, na apuração ou em juízo, surgem perguntas como o tipo de roupa que a mulher usava, se bebia álcool, se era virgem ou com quem se relacionava. De acordo com a ação, essa prática é uma discriminação contra a mulher, pois tenta justificar o crime a partir do comportamento da vítima e dá a entender que a própria mulher teria culpa pela violência sofrida. A PGR, então, pediu que o STF proibisse essa prática.

Nada mais emblemático que a relatora do caso fosse a única mulher no plenário do STF, a ministra Cármen Lúcia. A magistrada ressaltou que, apesar dos



MAURE

avanços na legislação brasileira em relação às mulheres, essas condutas ainda são reproduzidas na sociedade.

Em março de 2021, o plenário do STF já havia decidido, também por unanimidade, que a tese da “legítima defesa da honra” viola os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção à vida e da igualdade de gênero. Por isso, este argumento não pode ser usado em nenhuma fase do processo penal nem durante o julgamento perante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade.

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, ressaltou que o Supremo tem dado a contribuição possível “para enfrentar uma sociedade patriarcal e de machismo estrutural, que se manifesta na linguagem, nas atitudes e nas diferenças no mercado de trabalho”.

Ao julgar o recente processo sobre a vida pregressa da vítima, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou: “É lamentável que, terminando o primeiro quarto do século XXI, nós ainda tenhamos esse machismo estrutural, inclusive em audiência

A tese unânime na ADPF 1107 foi: “é inconstitucional a prática de desqualificar a mulher vítima de violência durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual e todos os crimes de violência contra a mulher, de modo que é vedada eventual menção, inquirição ou fundamentação sobre a vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiências e decisões judiciais (CF, arts. 1º, III; 3º, I e IV; 5º, caput e I; 226, § 5º)”

perante o Poder Judiciário”. O magistrado acrescentou: “E não há possibilidade de tratar isso com meias medidas. É importante que o Supremo Tribunal Federal demonstre que não vai tolerar mais isso”.

Por mais que o crime de legítima defesa da honra não seja aceito há décadas, muitos jurados ainda se impressionam quando os advogados de réus apresentam dados relacionados à vida da vítima.

Há relatos de penas atenuadas em situações em que a mulher tinha um amante ou não se enquadrava nos padrões exigidos pela sociedade conservadora.

Para o promotor de Justiça Daniel Bernoulli, que atua no Tribunal do Júri do Paraná, a decisão pode mudar as práticas da defesa. “Considero uma evolução em termos de crimes praticados contra a mulher. Em pleno 2024, é inadmissível que uma defesa tente desviar o foco da discussão jurídica ou penal para um viés de julgamento da vítima do sexo feminino, buscando algum sucesso na demanda”, avalia.

Experiente em atuar na promoção de casos de feminicídio, Bernoulli acrescenta: “É uma questão de cultura. Imagino que a decisão do Supremo também sirva para nortear comportamentos dos atores do Direito. Em um primeiro momento, será preciso o alerta do juiz, mas acredito que, com o tempo, a própria defesa irá buscar novas formas de garantir o direito de seu cliente sem necessariamente precisar desonrar a mulher vítima do crime”.

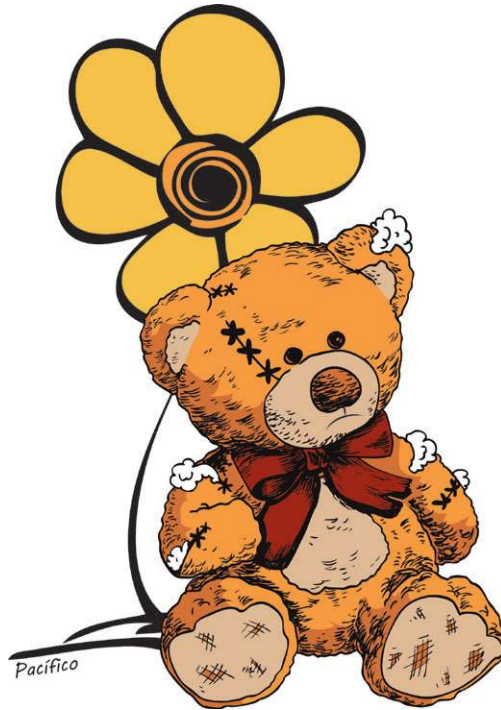
# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

## Justiça manda mãe brasileira entregar os filhos para ex na Colômbia

Um drama familiar foi definido por intervenção da Justiça. A Primeira Turma do STJ determinou o retorno de três menores à Colômbia, para viverem com o pai que é paraguaio e responde a processos na Justiça de seu país. A mãe, brasileira, alega que a medida prejudica o bem-estar e a saúde dos filhos, que estão adaptados no Rio de Janeiro, especialmente o mais velho que tem paralisia cerebral. No entendimento dos ministros, houve ilegalidade praticada pela mãe ao reter as crianças no Brasil. Também não houve nenhuma exceção à Convenção de Haia que poderia respaldar a permanência dos menores no país, segundo o STJ. A regra geral é de que crianças retornem ao local onde viviam antes da ocorrência do “sequestro” por um dos pais.



Pacífico

### Perigo de ordem física ou psíquica

Ao STJ, a defesa da mãe alega que a decisão contraria o artigo 13, “b”, da Convenção de Haia, segundo o qual: o menor deve permanecer no local para onde foi levado quando “existe um risco grave de a criança, no seu regresso, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica”.

Instagram



### Apoio de Luana Piovani

Até a atriz Luana Piovani gravou um vídeo falando sobre o caso e defendendo a permanência das crianças com a mãe. Luana conhece a família. O avô das crianças é dono do tradicional restaurante La Fiorentina, o empresário Catito Peres, frequentado por artistas no Rio.

### Planos de saúde: rescisão apenas com quebra de contrato

Nos últimos meses, a rescisão unilateral e imotivada de contratos de planos de saúde despertou polêmica. O STJ esclareceu o que diz a jurisprudência sobre o tema: se for o caso de plano individual ou familiar, a rescisão só pode ocorrer por descumprimento contratual por parte do beneficiário. A regra é diferente quando se tratarem de planos coletivos. Mesmo assim, só pode ocorrer após a vigência mínima de 12 meses e mediante a prévia notificação dos usuários, com antecedência mínima de 60 dias.

### Casos mais graves

O senador Sergio Moro (União-PR) deu um exemplo imbatível sobre a consequência de impedir, por lei, que criminosos presos possam firmar acordo de delação premiada, conforme projeto em tramitação no Congresso: “Sequestrador preso quer fazer delação premiada, indicar onde se encontra a vítima ainda com vida e assim propiciar o resgate dela, a prisão e o dismantelamento da quadrilha de sequestradores”. Mas pelo projeto — apresentado em 2016 pelo então deputado Wadih Damous (PT/RJ) e ressuscitado agora pelo Centrão — esse acordo de colaboração não seria possível.

Pedro França/Agência Senado



### Palavra do suspeito x Palavra do investigador

Por unanimidade, a 5ª Turma do STJ decidiu que, quando não há mandado judicial, na ausência de provas de que policiais entraram numa residência em busca de drogas com o consentimento do morador da casa, a medida deve ser considerada ilegal. O caso foi julgado neste mês, relacionado a uma denúncia de tráfico de drogas em Minas Gerais. Os policiais disseram que a mãe do investigado franqueou suas entradas e, neste momento, encontraram as drogas. Em juízo, a dona da casa negou. Como provas, o STJ leva em conta declaração por escrito e filmagem do momento da entrada com a anuência de alguém. A jurisprudência é pacífica no STJ. A palavra do policial, exclusiva, sem outras provas, não vale.

### A prova no processo penal



Correio Braziliense/Reprodução

Com prefácio do ministro Sebastião Reis Júnior (foto), do STJ, a obra *Reflexões sobre a prova no processo penal*, contendo 36 artigos sobre o tema, será lançada na próxima terça-feira no IDP. Antes do lançamento, Reis, o advogado Néfi Cordeiro, ministro aposentado do STJ, e os organizadores do livro, Alejandro César Rayo

Werlang e Rodrigo Casimiro Reis, além de autores e autoras, vão bater um papo com os convidados.



Nelson Jr./SCO/STF

**“O prestígio e a importância de um tribunal não podem ser medidos em pesquisa de opinião pública”**

**Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), no programa Roda Viva**



Entrevista — MAYRA CARDOZO, ADVOGADA, especialista em direitos humanos e penal

# Penal maior para a vítima do que para o estuprador

Ana Maria Campos

A Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para a tramitação do projeto de lei, do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao homicídio. Com isso, a proposta pode seguir diretamente para o plenário, sem passar pelas comissões.

Caso a lei seja aprovada, o aborto seria igualado ao homicídio simples, do artigo 121 do Código Penal. A pena varia entre seis e 20 anos de prisão. No caso do estupro, previsto no artigo 213 do CP, a pena é de seis anos quando a vítima e pode chegar a 12 anos, caso a vítima seja menor de idade.

A advogada Mayra Cardozo, mentora de Mulheres e Advogada, especialista em gênero e sócia do escritório Martins Cardozo Advogados Associados, afirma que o projeto trata a vítima de forma mais severa do que seu agressor. “O crime de estupro já não é um crime que é considerado grave ao ponto de ser julgado pelo Tribunal do Júri, enquanto o aborto já é visto como um dos crimes mais graves e de competência do Tribunal do Júri”, explica.

## Qual a sua avaliação, do ponto de vista criminal, sobre o projeto de lei, em tramitação na Câmara, que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio?

Na minha avaliação, esse projeto é um verdadeiro absurdo, uma vez que se trata sobre uma violação e controle arbitrário sobre os corpos femininos, violando os direitos reprodutivos das mulheres e chancelando a lógica de que o papel da mulher é gerir, não importando sua vontade sobre seus corpos nem se se trata de um aborto humanitário, no caso de estupro, nem terapêutico no caso de proteção a sua saúde.

## Acha que os conservadores estão mais preocupados em punir as mulheres do que os agressores e estupradores?

Certamente, mesmo porque o crime de estupro já não é um crime que é considerado grave ao ponto de ser julgado pelo Tribunal do Júri, enquanto o aborto

Arquivo Pessoal



“Essa lógica responsabiliza única e exclusivamente uma mulher pela gravidez indesejada e respalda a lógica de que, se uma mulher não quer ser violentada, deve limitar sua liberdade”

Atualmente o Código Penal não estipula que o aborto é crime, exceto em situações humanitárias, logo de violência sexual, ou terapêuticas, ou seja, quando a gravidez incorre em algum risco para a mãe ou nos casos de hipóteses jurisprudências de fetos anencefálicos. Nós não temos no nosso ordenamento jurídico nenhuma definição sobre qual semana esses abortos legais podem ser realizados e nenhuma restrição. Logo, pelo Código Penal, o aborto legal é autorizado em qualquer semana da gestação desde que preencha uma dessas hipóteses

já é visto como um dos crimes mais graves e de competência do Tribunal do Júri. Ao equiparar o crime de aborto a homicídio, a pena aumentaria drasticamente, que é de reclusão de seis a 20 anos, enquanto a pena do estupro é de 6 a 10 anos.

## E do ponto de vista dos direitos humanos, qual é o impacto do projeto?

Viola os direitos humanos, uma vez que viola os direitos reprodutivos das mulheres e ainda viola o princípio da proporcionalidade e razoabilidade da pena, uma vez que o aborto é uma realidade no Brasil — a diferença do seu modus operandi varia conforme a classe social: mulheres ricas fazem em clínicas onde o sigilo é preservado, enquanto mulheres pobres fazem em casa com métodos caseiros que, muitas vezes, as levam a morte por hemorragia. Então, essa lei seria mais uma forma de operar a seletividade penal sobre determinados corpos

de mulheres que são as mulheres negras, pobres e de periferia.

## O debate sobre aborto deveria ser considerado um tema de saúde pública?

Certamente, essa lógica responsabiliza única e exclusivamente uma mulher pela gravidez indesejada e respalda a lógica de que, se uma mulher não quer ser violentada, ela deve limitar sua liberdade e não o agressor conter seus estímulos agressivos todos como “incontroláveis” pela sociedade patriarcal. É a lógica religiosa de responsabilizar a mulher pecadora por causar o desejo no homem ou a mulher pecadora que não quer ser mãe.

## Com 22 semanas, o bebê já está praticamente formado. É uma vida. Como avaliar essa questão sem lamentar a violência com um ser humano, como alegam os defensores da criminalização do aborto?

## O projeto transforma a vítima em culpada?

De acordo com a natureza jurídica do projeto, o que vemos é uma tentativa de revitimização da mulher. Ela é vista como a principal culpada pelo acontecimento do crime — geralmente, esses episódios trazem questões como “com essa roupa, ela pediu” ou “por que ela estava sozinha à noite?”. A revitimização é, inclusive, uma espécie de violência psicológica. Em casos judiciais, essa tática escusa é usada por advogados da outra parte, colocando em xeque as palavras — e a própria vivência — da vítima e fazendo com que ela não se sinta uma vítima em primeiro lugar. Mulheres que estão em um processo judiciário no polo ativo costumam ser revitimizadas, pois é trazido para esse processo todo um resquício de uma ordem patriarcal, na qual os corpos femininos são objetificados. Mulheres são constantemente tratadas como loucas, descredibilizadas, interrompidas e questionadas naquilo que elas argumentam.

## Consultório jurídico



Regina Beatriz Tavares da Silva

Doutora em direito pela USP, sócia-fundadora de Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados (RBTSSA) e presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS)

# Namoro, união estável e casamento

## Quais os direitos dos parceiros apenas em namoro em relação aos casais com união estável?

O namoro é uma relação afetiva que não gera direitos, não tem efeitos jurídicos, enquanto a união estável constitui uma família e tem praticamente os mesmos efeitos do casamento, com efeitos jurídicos, como o direito à pensão alimentícia se a relação termina e um dos conviventes é dependente do outro, comunhão de bens com direito à metade do patrimônio (imóveis, aplicações financeiras etc.) adquiridos onerosamente no curso da união estável e herança no falecimento de um dos conviventes, inclusive, em concorrência ou com os mesmos direitos de um filho do falecido.

## Para configurar união estável o casal precisa dividir a mesma casa?

O Código Civil não estabelece a moradia sob o mesmo teto como requisito para a existência de uma união estável, sendo aí que reside o grave problema das confusões entre namoro e união estável. Duas pessoas podem morar em casas separadas e serem havidas como conviventes, com todos os efeitos antes referidos. A lei não exige que haja uma causa para a diversidade de domicílios. É absurdo isto, tendo em vista que a união estável produz os mesmos efeitos do casamento e no casamento a lei exige que para terem domicílios diferentes deve haver uma justa causa, ou seja, necessidades pessoais, familiares ou profissionais que imponham aos cônjuges moradias em

locais diferentes, ou seja, sem divisão da mesma casa.

## O que a legislação exige?

A lei somente exige que a relação seja pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família. Por isso, namoros, no término da relação, podem ser confundidos com uniões estáveis, o que pode provocar injustiças, com o enriquecimento indevido de um dos namorados. Por isso, no ano de 2004, logo após a entrada em vigor do atual Código Civil, para evitar essas confusões, criei um documento que se chama Declaração de Namoro, em que os namorados declaram que não vivem em união estável, o qual pode ser assinado em documento particular ou em escritura pública, preferencialmente com duas testemunhas que atestem que a relação é de namoro e não houve a formação de uma família.

## Quais são as mudanças previstas no projeto de reforma do Código Civil no que se refere a casais de namorados?

O anteprojeto de reforma do Código Civil, que se transformará em projeto de lei no Senado, não propõe a correção na lei dos requisitos da união estável, como deveria fazer. Não propõe que haja o requisito da divisão da mesma casa ou moradia sob o mesmo teto. Não propõe que haja um prazo mínimo de duração da relação para que produza efeitos jurídicos, o que também é um problema, porque o prazo está em aberto na lei atual, que somente estabelece que a relação seja duradoura. Na maior parte dos outros países que regulamentam a união estável é estabelecido um prazo mínimo de duração e a moradia sob o mesmo teto ou na mesma casa. O anteprojeto apenas propõe a substituição na lei da expressão “objetivo de constituição de família” por constituição de “família”, o

que já é algo, mas não resolverá as confusões entre namoro e união estável.

## Se uma pessoa tem dois relacionamentos, quem faz jus à pensão, herança e outros direitos?

No Brasil e em todos os países ocidentais, assim como em grande parte dos países orientais, vigora a monogamia. A monogamia no Brasil parte da própria Constituição Federal, que estabelece que somente a relação entre duas pessoas pode ser havida como família. No STF, quando foram atribuídos às relações entre pessoas do mesmo gênero os mesmos direitos das relações entre um homem e uma mulher, a monogamia também ficou muito clara nos votos dos ministros. E o STF julgou dois temas muito importantes para colocar fim à ideia que passou indevidamente a ser difundida de que uma relação paralela a uma união estável ou a um casamento poderia gerar efeitos, com a formulação de duas teses de repercussão geral pelas quais a relação paralela a um casamento ou a uma união estável é adultério e não gera qualquer efeito de direito de família, de direito das sucessões e de direito previdenciário. Na linguagem popular, “amantes” não são equiparados a pessoas casadas ou que vivem em união estável. Se existe um casamento com comunhão de vidas, ou seja, sem separação entre os cônjuges, ou uma união estável entre duas pessoas, um relacionamento paralelo é adultério. Assim, somente o cônjuge ou pessoa casada tem direito à pensão alimentícia ou previdenciária, à herança e à comunhão de bens.

**“Na linguagem popular, ‘amantes’ não são equiparados a pessoas casadas ou que vivem em união estável. Se existe um casamento com comunhão de vidas, ou seja, sem separação entre os cônjuges, ou uma união estável entre duas pessoas, um relacionamento paralelo é adultério. Assim, somente o cônjuge ou pessoa casada tem direito à pensão alimentícia ou previdenciária, à herança e à comunhão de bens”**



Samantha Teresa Berard Jorge

Advogada especialista em direito de família e sucessões, planejamento patrimonial e sucessório, integrante do Family Office do Briganti Advogados.

## Consultório jurídico

### Um casal mantém uma união estável e um dos dois recebe uma herança. Em caso de separação, esses bens entram na partilha?

Em uma união estável sem regulamentação contratual, ou seja, sem um contrato particular ou uma escritura pública, será regido pelo regime da

comunhão parcial de bens. Nesse regime, irão se comunicar todos os bens adquiridos pelo casal na constância do relacionamento, exceto os bens particulares, considerados os bens adquiridos antes da união estável, quando ainda solteiros, e os bens advindos por meio de doações ou por heranças.

Em caso de separação, os bens herdados pelos companheiros não se comunicarão ao outro e, portanto, não entrarão na partilha de bens. E, se porventura, no curso do relacionamento,

os bens herdados tenham sido vendidos ou substituídos por outros, serão considerados como sub-rogados, de modo que também não irão se comunicar ao outro companheiro(a), sendo importante descrever na documentação essa característica a fim de comprovar a sub-rogação.

Contudo, o Código Civil prevê que haverá comunicação patrimonial dos frutos dos bens particulares recebidos na constância do relacionamento, por exemplo, aluguéis recebidos

de imóveis alugados, juros de capital aplicável, renda de investimentos, dividendos e lucros de ações ou quotas sociais.

Já para os casais que tenham optado pelo regime da separação total de bens, estabelecido por meio de um contrato de união estável, não haverá comunicação patrimonial dos bens recebidos como herança, nem dos frutos desses bens, haja vista que esse regime não prevê qualquer tipo de comunicação patrimonial.

## Visão do direito



Ibaneis Rocha  
Advogado e governador do Distrito Federal

# 30 anos do Estatuto da Advocacia

No próximo 4 de julho, completarão redondos 30 anos a Lei 8.906/94, o Estatuto da Advocacia, instituído no mesmo ano em que, por coincidência, recebi da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, então presidida pelo advogado Esdras Dantas, autorização formal — o número de inscrição e a sonhada carteira me permitindo exercer uma profissão que continua a guiar os meus passos na vida pública.

É quer ser advogado carrega, sim, uma dose de orgulho, mas em contrapartida uma carga de responsabilidade muito grande. O advogado tem a obrigação de zelar diuturnamente pela conduta irrepreensível do exercício profissional, sob pena de quebrar o alicerce da Justiça.

Em síntese, o conjunto de normas do Estatuto assegura ao advogado exercer a sua profissão com independência, dentro do Estado Democrático de Direito, da forma mais ampla possível. Garante ao advogado a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

Lembro aqui a lição do nosso patrono, Ruy Barbosa, segundo a qual o advogado não se subordina, na atuação profissional, a nenhum poder humano, a não ser à sua própria consciência e à lei.

Mas nada disso é obra do acaso. Importante recordar, e homenagear, a luta

**“Ser advogado carrega, sim, uma dose de orgulho, mas em contrapartida uma carga de responsabilidade muito grande. O advogado tem a obrigação de zelar diuturnamente pela conduta irrepreensível do exercício profissional, sob pena de quebrar o alicerce da Justiça”**

**“Lembro aqui a lição do nosso patrono, Ruy Barbosa, segundo a qual o advogado não se subordina, na atuação profissional, a nenhum poder humano, a não ser à sua própria consciência e à lei”**

para se alcançar essa condição em um país cuja história democrática é marcada por golpes e contragolpes dissociados da vontade popular. O regulamento inicial da advocacia, esboçado desde os conturbados anos de 1930, foi modificado diversas vezes, até surgir, em 27 de abril de 1963, a Lei 4.215, que foi o Estatuto da Ordem (lembrando que no meio tivemos um golpe militar), até sua revogação pelo atual Estatuto da Advocacia e da OAB.

No começo, as disposições normativas sempre trataram a advocacia como o exercício de uma profissão liberal pura. Mas com a criação de novos cursos jurídicos, o perfil do advogado mudou, ocorrendo o fenômeno da proletarização da classe, transformando o profissional, em larga escala em um assalariado, dependente de uma relação de emprego, quer no setor público, quer no setor privado. Para se ter uma ideia, o Distrito Federal possui um quadro de mais de 50 mil advogados. Está à frente de Pernambuco, onde nasceu a primeira faculdade de Direito, juntamente com São Paulo.

A modificação do perfil da advocacia foi fundamental para a elaboração do atual Estatuto, que ganhou corpo no final da década de oitenta, na gestão de Márcio Thomaz Bastos (1987-1989). O texto, entretanto, foi considerado insatisfatório e superficial, pois optava apenas por atualizar a Lei anterior.

Nos mandatos de Marcelo Lavenère (1991-1993) e José Roberto Batochio (1993-1995), a reforma do Estatuto

passou a ser tratada como prioridade. Foi eleita uma comissão integrada pelos conselheiros Paulo Luiz Neto Lôbo (relator), Júlio Candella, Eli Alves Forte, Jayme Paz da Silva e Elide Rigon, que receberam mais de 700 propostas para o anteprojeto, finalizado a 12 de abril de 1992 e enviado imediatamente ao Congresso Nacional.

Apoiado por diversos parlamentares sob a liderança do inesquecível deputado Ulysses Guimarães, o projeto foi sancionado pelo presidente da República, Itamar Franco. O grande mérito do Estatuto foi dar expressão completa ao Art. 133 da Constituição Federal de 1988, sem deixar de assegurar o livre exercício do habeas corpus independentemente da mediação advocatícia, adaptando a legislação da Ordem às novas estruturas democráticas.

Além disso, permitiu traçar novos rumos para a profissão e contemplar a figura do advogado empregador e do advogado empregado, sem, porém, retirar-lhes a independência profissional, a obediência de suas prerrogativas e dos princípios éticos, fundamentos essenciais do exercício da advocacia, inclusive, dando relevo à missão social do advogado.

Essa missão requer ao advogado manter vivo o dever cívico que habita cada um de nós para mostrar à sociedade o inconformismo diante de qualquer ameaça àquilo que foi conquistado no terreno das liberdades e da democracia. E, claro, para destacar a importância da Justiça dentre as instituições essenciais ao Estado democrático de Direito.



Rubens Beçak

Professor de graduação e pós-graduação da USP. Mestre e doutor em Direito Constitucional e Livre-docente em Teoria Geral do Estado da USP

## Consultório Jurídico

**Qual é a sua opinião sobre as recentes decisões do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de anular todos os atos da Operação Lava-Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht?**

Essa é uma decisão que vem na direção que o Supremo vem sinalizando, de um tempo para cá, da anulação de uma

série de atos ligados com a Operação Lava-Jato e as condenações que foram feitas, considerando que foi decidido, num ponto de vista formal, que uma série de atos praticados pelo então juiz, hoje senador Moro, estavam contagiados de vícios formais.

As decisões do Supremo têm que ser acatadas, têm que ser respeitadas. Se não se faz isso, nós não temos o primado da Corte Constitucional atuante, não temos equilíbrio de Poderes e não temos democracia. Mas eu critico veementemente

essa decisão e outras que vêm sendo dadas, notadamente pelo ministro Toffoli, no sentido de que, não do ponto de vista formal, mas o que essas decisões acabam representando de um ponto de vista da compreensão pela população, do que são as decisões judiciais, do que são as decisões dadas pelo Supremo.

A população tem que ter a compreensão de que o sistema funciona, ela não consegue entender por que toda uma série de decisões dadas ao longo dos anos, em várias instâncias, acaba por ser, afinal,

desmontada por uma decisão.

A decisão vai ser aproveitada em todos os outros casos que ainda faltam por ser anulados e vai haver uma perda para o sistema tremenda, acordos de leniência que vinham sendo pagos, até confirmados e pagos, com plena consciência das partes ali, os réus. Logo, ficam anulados os valores, para além de não mais serem pagos, terão que ser devolvidos também a parte que os vinha pagando, então realmente é uma coisa notável.



## Visão do direito



Souza Prudente

Desembargador federal aposentado. Bacharel em Direito pelas Arcadas do Largo São Francisco (USP), mestre e doutor em Direito Ambiental pela UFPE-Pós Doutor em Direitos Humanos pelas Universidades de Salamanca (Espanha) e de Pisa (Itália)

# Direito do magistrado ao aperfeiçoamento funcional

Na linha determinante da garantia constitucional assegurada aos magistrados, no sentido de que a aferição de seu merecimento opera-se em função do desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento (CF, art. 93, inciso II, alínea c), afigura-se legítimo o afastamento temporário do juiz de suas atividades judicantes para participar de cursos de reconhecido aperfeiçoamento.

São instrumentos indispensáveis à formação de seu merecimento, que se afere por seu bom desempenho nas atividades judicantes, por meio de sua produtividade nos atos de julgar, como resultante de sua presteza no exercício da jurisdição, o que se determina somente por sua frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos como de aperfeiçoamento no Brasil ou no exterior.

Nesse formato constitucional, a *Carta Magna da República Federativa do Brasil* ofertou ao juiz um círculo objetivamente virtuoso, para sua promoção por merecimento, condicionando sua atividade judicante ao aperfeiçoamento permanente por meio do acesso aos saberes obtidos em cursos de

reconhecida credibilidade acadêmica, na configuração da Deontologia da Magistratura, no propósito ético funcional de que “o magistrado deve facilitar e promover, na medida do possível, a formação dos outros membros do órgão judicial, devendo manter um ambiente de colaboração ativa em todas as atividades que conduzem a formação judicial” (arts. 33 e 34 do Código de Ética da Magistratura).

Nesse contexto, a Constituição traçou o perfil do juiz luminoso e de luz própria, apto a ser produtivo, com segurança e presteza no ato de julgar, para a melhor distribuição de justiça, na realização de processos justos. A produtividade do juiz não se mede por resultantes estatísticas, mas por razoáveis soluções de justiça no tempo oportuno. O juiz sem saberes não se torna um solucionador de lides, mas um hábil extintor de processos, para a limpeza estéril de gabinetes. Não é isso que se espera de um bom juiz, no perfil constitucional da promoção por merecimento, que do Diploma Fundamental resulta expressamente prevista.

A função da magistratura não está conceituada, literalmente, nem no texto da *Carta Política Federal* nem também no texto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Contudo, a Constituição traça o perfil do

magistrado no contexto das tutelas fundamentais estabelecidas no capítulo dos direitos e garantias postas na Constituição.

Destaco especificamente a norma do art. 5º, inciso XXXV, na dicção de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer ameaça ou lesão a direito. Leia-se, nessa determinação constitucional, a definição da magistratura como sendo aquela vocacionada à proteção dos direitos estabelecidos na própria Constituição.

Se alguém pensa que é juiz pelo simples fato de ser aprovado no difícil concurso da magistratura está completamente enganado. Nós nos habilitamos à nobre função da magistratura quando somos aprovados nesse difícil concurso, e passamos a exercer a magistratura, com senso de justiça, buscando a cada dia a necessária habilitação de ser juiz compromissado com decisões justas, para implementar a prova final da magistratura, que não depende de uma comissão examinadora restrita, mas sim, de uma banca examinadora difusa, que é a sociedade destinatária de nossas decisões no exercício da magistratura. Essa é a prova que denominamos de legitimação popular do juiz, no contexto da República Federativa do Brasil, em que a vontade soberana é a do povo, e não dos órgãos estatais.

O juiz que não estuda jamais será um bom juiz. Somente o acesso aos saberes cientificamente adquiridos torna-lo-á apto na arte de bem julgar e de distribuir a todos a melhor justiça em tempo razoável. O juiz que não estuda logo se torna um inábil prepotente, sem a aptidão necessária para a realização dos singelos propósitos da Justiça. Afinal, o juiz que não estuda toma posse do cargo público como um deus, para negar justiça no trono de sua ignorância.

Nesse visor constitucional de efeitos liberatórios da atividade judicante, mediante a frequência a cursos de aperfeiçoamento pelo magistrado vocacionado aos propósitos da justiça, não há como aprisioná-lo nas amarras infralegais de estrutura normativa anã, sem âncoras constitucionais e plenamente desgarradas do legítimo diálogo das fontes normativas válidas, por autorizada exegese da norma fundamental, mormente em face da expectativa maior que dali resulta em termos de futuro retorno intelectual e moral do magistrado, em proveito de uma melhor atividade jurisdicional a serviço da Justiça, que há de prevalecer sobre formalismos secantes, sempre inibidores e desestimulantes do potencial científico, de que é portador o autêntico juiz, constitucionalmente sonhado pelo povo do Brasil.

## Visão do direito



Victoria Francesca Buzzacaro Antongini

advogada do escritório Almeida Advogados, especialista em Propriedade Intelectual



Pedro Tinoco

Sócio do escritório Almeida Advogados, especialista em Propriedade Intelectual

## Novo tratado da OMPI para proteção dos conhecimentos tradicionais

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) aprovou em 24 de maio tratado inovador que aborda a interface entre propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, sendo o primeiro documento da referida organização que inclui disposições específicas para a proteção e valorização dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades locais.

As discussões sobre o tema começaram em 2001 e o documento é o primeiro novo tratado da OMPI em mais de uma década, tendo o diretor-geral da organização, Daren Tang, destacado que essa aprovação demonstra que o sistema de propriedade intelectual pode continuar a incentivar a inovação ao mesmo tempo em que prestigia a origem dos conhecimentos tradicionais.

O novo tratado é focado em patentes e passa a exigir que seus requerentes divulguem, caso aplicável, a origem de recursos genéticos utilizados na invenção reivindicada; e qual a comunidade indígena ou local que forneceu o conhecimento tradicional associado a esses recursos genéticos.

Importante notar que, no âmbito do tratado, os recursos genéticos são o material de origem vegetal, animal, microbiana ou que contenham unidades funcionais de hereditariedade, com valor real ou potencial, não se incluindo, portanto, material genético humano nessa definição.

Embora os recursos genéticos em si não sejam diretamente protegidos como propriedade intelectual, as invenções desenvolvidas a partir desses materiais, frequentemente associadas ao conhecimento tradicional de comunidades indígenas ou locais para seu uso e conservação ao longo de gerações, podem ser protegidas, ficando evidente a importância do tratado.

Em relação ao início da sua vigência, é necessária a ratificação do tratado por ao menos 15 países-membros da OMPI, sendo que esse passará a surtir efeitos a partir da sua internalização por cada um dos países que ratificarem referido tratado.

## Visão do direito



Daniel Bernoulli

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

# O jurado no Tribunal do Júri

**A** batida de palma, o acionamento da campainha, três socos à porta ou simplesmente um “ô de casa!”. De ordem do homem da capa preta, o oficial de justiça sai em busca de cidadãos que o recebem resabiados, curiosos e, às vezes, até apreensivos. É uma convocação para ser jurado no Tribunal do Júri.

Para ser jurado, antes de tudo, é preciso ser um sujeito de sorte.

Todo ano, o juiz busca, junto a associações, instituições de ensino, repartições públicas, sindicatos ou autoridades locais uma lista de pessoas para compor uma grande urna, que servirá para o ano seguinte. A depender do tamanho da cidade, essa urna poderá conter entre 80 e 1500 nomes.

A partir disso, todo mês (em regra), o juiz convoca promotor, defensor e advogado para acompanhar a escolha dos jurados daquele período, retirando então dessa urna diversos nomes que, se não houver impugnação, acabam em uma urna menor.

Antes de 2008, a lei exigia que quem tirasse esse nome da urna maior fosse um “menor de 18 anos”. Era muito curioso, no dia desse sorteio, encontrar o diretor de secretaria

desesperado em busca de uma criança ou adolescente no fórum, questão que só se resolvia quando se apelava para o público das varas de família. A sabedoria do legislador em trazer as pessoas desde cedo para o ambiente de democracia e participação em um dos Poderes acabou sendo engolida pela pressa do dia a dia e a necessidade de se enxugar o procedimento em etapas — que julgaram — menos revelantes.

No dia do júri, dessa segunda urna, apenas sete serão escolhidos. Como se vê, para ser jurado é preciso ter sorte.

E quem pode ser jurado, afinal? A lei dispõe que o alistamento compreenderá cidadãos maiores de 18 anos de notória idoneidade. Então, quando o juiz vai montar a primeira urna (a anual), ele deve fazer minuciosa busca nos dados daqueles nomes para verificar se constam ou não passagens criminais, tudo para garantir que nenhum condenado possa ser escolhido para julgar outra pessoa.

No dia da sessão plenária, o primeiro passo — logicamente — será a escolha dos julgadores daquele caso. O juiz vai resgatar a segunda urna e dará início ao sorteio aleatório. Cada parte pode recusar — sem justificar — até três jurados. Recusar o jurado sem magoá-lo é uma

arte, afinal, quem se sentiria bem em ver seu nome escolhido e um promotor ou um defensor gritando um sonoro “recuso” junto ao microfone? É de bom tom, ao menos, pedir desculpas antes de abrir mão dele.

Uma vez selecionado o time de julgadores, é hora do compromisso. A lei exige um ato solene em que todos os presentes ficam de pé para ouvir cada jurado prometer que julgará a partir de dois pilares: a própria consciência e os ditames de Justiça. Está formado então o Conselho de Sentença.

Os componentes desse Conselho podem conversar entre si. Só não podem conversar sobre os fatos relacionados ao processo. Isso é proibido e, para isso, o juiz vai fazer uso de seus auxiliares, os oficiais de Justiça. Eles vigiarão os jurados durante todo o julgamento, dure o tempo que durar.

Iniciado o ato, testemunhas e acusados são ouvidos, outras provas podem ser apresentadas e, enfim, promotor e advogado irão para os debates. O momento mais esperado visa a apresentar ao Conselho de Sentença a cara e a coroa de uma moeda que representa o processo, percepções, muitas vezes, distintas de um mesmo fato ou conduta.

Findas as falas, o juiz chamará os jurados para a sala especial. Chega o momento de decidir. A eles serão submetidas perguntas que só cabem duas respostas: sim ou não. Cada um ficará com uma cédula de cada resposta. Após a leitura da pergunta, o oficial passa recolhendo cada resposta de cada jurado. O outro oficial, por seu turno, recolhe a ficha que sobrou. Tudo em segredo, afinal, ninguém pode saber como o jurado votou.

Ao final, o juiz proferirá sua sentença baseada no que foi decidido por meio dessas respostas dos jurados, o chamado veredito. A leitura da sentença será pública e solene, com todos os presentes em pé. Umas vezes, choros de alívio; outras vezes, choros de tristeza.

O jurado, personagem fundamental para a realização da Justiça nos crimes de sangue, traz consigo uma simbologia quase sacra junto ao Tribunal do Júri e todas as solenidades que o cercam. Homens e mulheres, representando a comunidade em que vivem, param suas vidas para decidir acerca do destino de um acusado que supostamente burlou as regras mais caras e necessárias para o convívio social. Nenhum julgamento pode ser mais legítimo do que esse.

## Visão do direito



Thiago Turbay

Criminalista, sócio do Boaventura Turbay Advogados

# Proibir delação premiada de investigados presos é uma medida acertada?

**A** medida não parece satisfatória, em razão de reivindicar o status de uma presunção jurídica sem estabelecer os critérios para derrotá-la, o que equivale a defender ser necessário definir quais provas são suficientes para vencer a presunção. O contrário poderia proibir o preso

de celebrar acordo, o que implica submetê-lo à exigência de aguardar de maneira desvantajosa a resolução judicial acerca da prisão. O que a norma inserida parece interessada em proibir é o uso da prisão para forçar a celebração de acordos, o que colocará no trilho civilizatório o instituto da

colaboração premiada. Mas, não me pareceu a melhor solução. Creio que a solução deveria passar por instituir um procedimento probatório prévio à celebração do acordo, a ser submetido a controle judicial e entrepartes, que estabeleça metodologicamente quando se poderá considerar provada

a voluntariedade, quais os critérios de suficiência deverão ser aplicados, em momento para que a propositura do acordo seja válida. A condição me parece evitar o que eu chamaria de dopping da colaboração premiada, devendo-se adotar igual rigor para comprovar a validade da confissão.



## Visão do direito



Beatriz Alaia Colin

Advogada do escritório Wilton Gomes Advogados. Pós-graduada em Direito Penal Econômico pela FGV-SP, e em Direito Penal e Processo Penal Nacional e Europeu pela Universidade de Coimbra. Associada ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

# Saída temporária de presos: a polêmica em torno do direito

A saída temporária de presos, popularmente conhecida como “saidinha”, é um tema que gera grande debate no Brasil. Prevista na Lei de Execução Penal (LEP), essa medida permite que detentos do regime semiaberto visitem seus familiares ou participem de atividades externas por até sete dias, em quatro oportunidades por ano.

Apesar da polêmica social que a envolve, a saída temporária é vista como uma oportunidade para que os presos mantenham vínculos familiares e sociais, diminuindo o risco de reincidência criminal após o cumprimento da pena. Neste contexto, o contato com a família e a comunidade pode fortalecer os laços afetivos e auxiliar na

reinserção do indivíduo na sociedade.

A medida também tem como finalidade a humanização do sistema prisional, reconhecendo que os presos são indivíduos com direitos e necessidades. A possibilidade de sair da prisão, ainda que por um período curto, pode ter impacto positivo na saúde mental e emocional dos detentos.

Para além disso, estudos demonstram que a reincidência criminal é menor entre os presos que usufruem da saída temporária. Isso porque o contato com a família e a comunidade podem auxiliar na construção de um projeto de vida fora da prisão, diminuindo as chances de o indivíduo voltar a cometer crimes.

Por outro lado, um dos principais

argumentos contra a “saidinha” é o risco de fuga dos presos. Apesar dos mecanismos de controle, como tornozeleiras eletrônicas, há um baixo percentual de detentos que não retornam para o sistema prisional ao fim da medida.

Ademais, um dos argumentos contrários à medida socializadora é que a “saidinha” pode colocar em risco a segurança pública, pois alguns presos podem cometer crimes durante o período em que estão fora da prisão.

O debate sobre a saída temporária de presos se intensificou nos últimos anos, com projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, que visam a restringir ou, até mesmo, extinguir o benefício. Em abril deste ano, o governo federal promulgou

a Lei nº 14.843/2024, que altera a Lei de Execução Penal para, entre outros pontos, revogar o benefício em relação aos detentos que cumprem pena pelo cometimento de crimes hediondos ou praticados com violência ou grave ameaça contra pessoa.

A saída temporária de presos é um tema complexo e polêmico, com argumentos fortes a favor e contra. É importante analisar a questão de forma abrangente, considerando os diferentes aspectos envolvidos, como a reintegração social, a humanização do sistema prisional, a segurança pública e a desigualdade social. É certo que o debate deve ser construtivo e buscar soluções que conciliem os direitos dos presos com a segurança da sociedade.



Fábiana Bertanha

Especialista em Direito Trabalhista do Lopes Muniz Advogados

## Consultório jurídico

### Quando um empregador pode promover uma demissão por justa causa? E quais são os direitos do empregado em situações como essa?

As faltas que autorizam a dispensa do empregado por justa causa são aquelas previstas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho: (I) ato de improbidade; (II) incontinência de conduta ou mau procedimento; (III)

negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência ao empregador ou for prejudicial ao serviço; (IV) condenação criminal do empregado, transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena; (V) desídia no desempenho das respectivas funções; (VI) embriaguez habitual ou em serviço; (VII) violação de segredo da empresa; (VIII) ato de indisciplina ou de insubordinação; (IX) abandono de emprego; (X) ato lesivo da honra ou

da boa fama praticado no serviço, ou ofensas físicas, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; (XI) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; (XII) prática constante de jogos de azar; e, (XIII) perda da habilitação profissional.

O empregado dispensado por justa causa terá direito, apenas, ao saldo de salário e às férias vencidas. Perderá o direito ao aviso prévio, férias e décimo

terceiro salário proporcionais, multa de 40% sobre FGTS, além de ficar impedido de levantar o FGTS e receber o seguro-desemprego.

Por se tratar de medida extrema e de grande impacto para o empregado, seu contrato de trabalho somente poderá ser rescindido se o seu empregador provar, de forma cabal, a prática de uma das faltas previstas no art. 482 da CLT. Havendo dúvida sobre a conduta faltosa do empregado, a justa causa poderá ser afastada pela Justiça do Trabalho.









**CLASSIFICADOS**  
CORREIO BRAZILIENSE

 **lugarcerto**  
.com.br

 **vrum**  
.com.br

# OS MELHORES

# ANUNCIANTES

# ESTÃO AQUI



**AutoCred**

**propriété**  
IMÓVEIS

**SR**  
IMÓVEIS  
CJ 9417  
COMPRA, VENDA E ADMINISTRAÇÃO

**GERALDO VIEIRA**  
IMOBILIÁRIA

**Invest Flat**  
IMOBILIARIA

**Soraya Scarinci**  
Corretora de Imóveis

EST. 2008  
**CUMARIM**  
STEAKS & BURGERS

**VECON**  
30 ANOS  
CONSTRUTORA

**Pedro Junior**  
Escritório Imobiliário

**Rita Landim**  
Corretora de Imóveis

**CONVICTA**  
IMÓVEIS

REVENDA  
**PaulOOctavio**

**ADELSON IMÓVEIS**

**QUERO CONTEMPLADO**

**JR** JRIBEIRO  
IMÓVEIS

**PLANO**  
IMÓVEIS

**ACONTECE**  
IMOBILIÁRIA

**Meu Imóvel**  
CONSULTORIA & INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
CJ 25698

**B. R. André**

**REGINA NEVES**  
CONSULTORA IMOBILIÁRIA  
CRECI 19395

**SOTERRA**  
Imobiliária

**ÁLVARO COSTA**  
Imobiliária

**PaulOOctavio**  
Aluguel

**V**  
VIRTUAL IMOBILIÁRIA

## ANUNCIE VOCÊ TAMBÉM A SUA EMPRESA, LOJA OU SERVIÇOS E TENHA A SUA MARCA NO JORNAL DE MAIOR RELEVÂNCIA EM BRASÍLIA

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

# 61 98 167-9999

